

## ATA Nº12

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 17 de fevereiro de dois mil e vinte e três.** -----

----- Ao décimo sétimo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas dezanove horas, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques e Tony Richard de Oliveira Almeida com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 16/12/2022;** -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

----- **C – Justificação de faltas;** -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: VAGOS SOCIAL – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS SOCIAIS DE VAGOS - APROVAÇÃO** -----

----- **PONTO TRÊS: REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA ARTÍSTICA (RMENA) – APROVAÇÃO;** -----

----- **PONTO QUATRO: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – AÇÃO SOCIAL – DL 87-B/2022, DE 29/12 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ASSUNÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA 3 DE ABRIL DE 2023.** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Sérgio Manuel Jesus Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Victor Fernando Santos Neto Liliana Barreira, Hermes Fernandes, em substituição de Andreia Marques, e Sérgio Domingos, em substituição de Xavier Prior, eleitos na lista do PSD. -----

----- Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Rogério Paulo Soares, António Bastião, em substituição de Diana Ferreira Julião e Lúcia Vieira, em substituição de Rodrigo dos Santos Capeloa, eleitos na lista do CDS. -----

----- Bruno Marcelo Regalado Julião e Carla Gouveia, em substituição de Óscar Manuel de Oliveira Gaspar, eleitos na lista do PS. -----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel

Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António.

----- Faltaram à sessão os senhores Deputados Óscar Gaspar, Rodrigo Capeloa, Diana Julião, Andreia dos Santos Marques, Xavier Prior Neto, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge e Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e o(a)s senhora(a)s Vereadore(a)s Dulcínia Sereno, Maria do Céu Marques, Pedro Miguel Carvalhais Bento e Susana Maria Ferreira Gravato -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 16 de dezembro de 2022.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na sessão. ---

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, no período compreendido entre 19 de dezembro, de dois mil e vinte e dois, e 17 de fevereiro, de dois mil e vinte e três. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos membros que não estão presentes na sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Do público pediram para intervir os senhores Nelson dos Santos Costa, Paulo Jorge de Jesus Grave e João Luís Santos. -----

----- **Nelson dos Santos Costa** – O senhor Nelson Costa usou da palavra e referiu que o que o traz aqui, além de ter a ver com sua persistência, é um assunto que se prolonga há muitos anos e tem falado com vários amigos sobre o mesmo. O senhor Nelson Costa disse que já foi Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora e, na altura, houve coisas que teve vontade de fazer para que as pessoas daquela Freguesia vivessem mais felizes, que era um dos grandes objetivos quando se candidatou a esse cargo. Disse que houve algumas coisas que foram concretizáveis e outras não. Uma das que não foi concretizada, e que é ainda um grande problema que existe a nível nacional, tem a ver com a habitação e o ordenamento do território. Na altura em que foi Presidente de Junta já sentiu esta falha na habitação na Gafanha da Boa Hora. Continuando, disse que a Freguesia tem uma forma retangular, tem 9km de comprimento e quatro de largura, à volta de 36Km2, com um mínimo de índice populacional e com maior área. Na altura, sensível ao problema de falta de habitação na Freguesia, disse que propôs, em conjunto com os habitantes, criar-se uma alternativa. A zona habitacional era paralela à estrada principal, de norte a sul, e era a única zona

onde se podia construir. Assim, teria de se arranjar outra forma legal para se poder construir, mas, para isso, era necessário abrir uma nova estrada. Essa estrada foi aberta, entre a estrada da povoação e a estrada florestal, e tudo isto com a colaboração da população da Gafanha da Boa Hora. As pessoas deram os terrenos para a abertura da estrada, pagaram o ensaibramento da estrada, e a Câmara na altura, e posteriormente, foi criando as infraestruturas de forma a que as pessoas pudessem construir uma casa de cada lado dessa nova estrada, a exemplo daquilo que existia na estrada da povoação, a única onde se podia construir. Disse também que pediu desculpas à população, porque não conseguiu concretizar esse desejo e essa necessidade da Freguesia da Gafanha da Boa Hora. A população, com a colaboração de todos, ficou muito entusiasmada e algumas casas até foram ainda licenciadas nessa altura, no triénio de mil novecentos e oitenta e dois a mil novecentos e oitenta e cinco. Entretanto surgiram os PDM's, e todos têm conhecimento dos convenientes e inconvenientes. Na altura o PDM de Vagos, talvez por negligência, falhou naquela zona, porque se esqueceram que existia a zona da Alta Tensão e não foi contemplada e, automaticamente, aquilo que estava legal tornou-se ilegal. A partir daqui começaram os problemas, os que existiam, continuaram a existir e ainda hoje existem. Tem-se tentado, através das, UOPG's, criar alternativas, mas isto não vai ao encontro daquilo que se "prometeu" e daquilo que as pessoas assumiram que seria possível, e terem direito a construir uma casa no seu terreno tanto a lado nascente como poente da estrada que foi criada. Com tudo isto, o que o senhor Nelson Costa pretende é saber se há hipóteses de urbanizar e licenciar aquela estrada a exemplo daquilo que existe na estrada da povoação. -----

----- **Paulo Jorge Grave** – O senhor Paulo Grave usou da palavra para abordar o assunto das passadeiras na vila, principalmente perto da zona escolar. Disse que hoje em dia há uma agravante, que se irá manter durante três ou quatro anos, na estrada designada por estrada do Lombomeão, que passou a ser o principal acesso à zona industrial de Vagos. O trânsito pesado é imenso e a Câmara Municipal tem conhecimento de que faltam ali passadeiras, porque quando se vai passar na Av. João Grave convém que os peões, e as pessoas que utilizam trotinetes, utilizem os passeios, e o senhor Paulo Grave entende que isso é quase impossível. Tem conhecimento de que há algo previsto para ali, e que prevê o corte de algumas árvores, com o qual não concorda, mas tem de se melhorar aquela zona, porque passam por ali muitos miúdos em direção às escolas. -----

----- **João Luís Santos** – O senhor João Luís Santos usou da palavra e lembrou que há uns tempos atrás veio à Assembleia Municipal falar da extração de inertes, por causa do rebaixamento de terras agrícolas, e, neste momento, vai ser mais objetivo. Disse que hoje veio aqui por uma questão de rebaixamento de terrenos no lugar de Lombomeão e que aquilo não se trata de rebaixamento de terrenos agrícolas, mas sim da exploração de inertes à fundura que querem e como querem utilizando restos de materiais de construção para colocar lá. O rebaixamento de um terreno agrícola, disse, não é isso, mas sim tirar cerca de quarenta ou cinquenta centímetros para que o terreno seja mais produtivo. Não é que seja tudo ilegal, porque existe uma licença em vigor. Porém, essa licença está a ser aproveitada por uma pessoa que está a danificar os terrenos, e está a arranjar problemas entre proprietários dos terrenos vizinhos, como tem arranjado noutros concelhos, e isso

tem de parar. Disse que anda por muitos lados, não a inspecionar, porque não lhe compete, mas verifica que não existe areia no areeiro que fica na zona da Senhora de Vagos que consiga colocar o terreno à quota dos que lá estão e que estão a produzir. Neste momento essa licença já não devia estar sequer em vigor, considera o município. Se não existe a fiscalização da Câmara Municipal, que haja outras entidades para fiscalizar essa situação, porque esta situação tem trazido várias chatices para os terrenos ao lado, que estão a ficar sem água e isso não é rentável para os agricultores. Atendendo à situação, seria importante que os agricultores atingidos agendassem uma reunião com o Presidente da Câmara, ou com alguém que resolva o problema. Não se pode, nem se deve continuar a fazer rebaixamento de terrenos sem uma fiscalização ponderada e com um objetivo, e isso provavelmente será legalizável. Uma pedreira rebaixar quatro ou cinco metros, para a quota normal, é possível, agora para terrenos não é um rebaixamento e sim um afundamento. E depois ainda colocam tudo o que é entulho lá para baixo, estando a estragar os recursos hídricos e os próprios terrenos para o futuro. Por fim, disse que não pretende fazer nenhuma pergunta, apenas está a tentar dar uma solução para este problema e considera que os agricultores deviam parar para pensar naquilo que lhes está a acontecer. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões aqui formuladas. -----

----- **Em resposta às questões do senhor Nelson Santos Costa**, disse que aquilo que não foi possível fazer quando o senhor Nelson Costa foi Presidente de Junta hoje é muito mais difícil, e algumas coisas mesmo impossíveis. Disse que aquando da realização do primeiro PDM, não o acompanhou porque não tinha idade para isso. Mas, de certa forma, acompanhou a Revisão do PDM, em dois mil e nove, como Deputado Municipal, e alguns dos casos da Rua da Alta Tensão já foram possíveis de resolver. Há casas que foram licenciadas, graças à revisão de dois mil e nove. Portanto, já houve algumas conquistas. A intenção da Câmara Municipal era abrir o processo de Revisão do PDM durante o mês de janeiro ou fevereiro deste ano, mas não foi possível, porque está a aguardar pelo parecer da CCDR. Como a abertura do processo terá de decorrer em reunião pública, em princípio, ocorrerá no mês de março deste ano. Agora, não vale a pena estar aqui a enganar ninguém, ou seja, vai ser impossível concretizar o objetivo inicial, de oitenta e dois, em transformar toda a Estrada de Alta Tensão em zona urbana, porque isso não depende da Câmara Municipal. O senhor Presidente disse que não tem dificuldades em acompanhar o raciocínio que foi tido em mil novecentos e oitenta e dois, que é do interesse da Gafanha da Boa Hora e do concelho de Vagos. A questão não é a vontade da Câmara Municipal, mas sim das entidades que têm, sobre essa área do território, uma palavra fundamental a dizer. Obviamente, ter-se-á de lutar e tentar conseguir tudo aquilo que for possível, mas há que ter a noção de que não se irá conseguir tudo. O senhor Presidente disse que tem bem presente os problemas de habitação no concelho de Vagos, em particular na Gafanha da Boa Hora, mas acredita que com este processo de revisão, e com o trabalho que já foi feito, que uma área significativa ficará resolvida, embora não vá resolver o prometido em mil novecentos e oitenta e dois, que seria transformar toda a Estrada da Alta Tensão em zona urbana ou urbanizável. -----

----- Relativamente à questão do senhor Paulo Jorge Grave, relacionada com as passadeiras, disse que não é desde agora que a estrada do Lombomeão, Rua Padre Maria Vicente da Rocha, é o principal acesso à zona industrial de Vagos, mas sim há muito tempo. Felizmente, o assunto está a ser tratado para que esse não seja o principal acesso, e ainda hoje decorreram vários acordos com proprietários para se avançar com o projeto de ligação da Zona Industrial de Vagos à A17. Muitos proprietários já acederam, com a maior parte deles a dizer que até preferiam dar o terreno, uma vez que a indemnização é muito baixa. As pessoas têm mesmo vontade de ver a obra realizada e isso é de louvar. A este propósito, o senhor Presidente deixou uma mensagem de agradecimento às pessoas que até hoje acordaram com a Câmara Municipal ceder, a título remunerado, os terrenos. Quanto à Rua Padre Maria Vicente da Rocha, disse que a Câmara Municipal está, neste momento, a concluir o projeto de requalificação da rua. A requalificação, como já aqui foi anunciado publicamente, será parecida com a da Rua da Fonte, ou seja, irá ter a substituição de todas as condutas de águas pluviais e residuais, abastecimento de água, reconstrução de passeios e colocação de passadeiras, desde o cruzamento do Banco BPI até ao limite do Lombomeão. Foi feito o trabalho de análise das condutas de saneamento, que não estão em condições, e, por isso, irão ser todas substituídas. Ou seja, aproveita-se a ocasião e faz-se o trabalho bem feito. -----

----- Em resposta ao assunto abordado pelo senhor João Luís Santos, quanto à extração de inertes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que há algumas questões que convém clarificar e que, há uns tempos atrás, numa sessão da Assembleia Municipal, o senhor João Luís já havia abordado este assunto e, na altura, colocou uma questão abstrata, relativamente à qual deu resposta com base nos poucos conhecimentos disponíveis que tinha. Continuando, disse que, a partir de dezembro do ano passado, teve conhecimento, e começou a chegar à Câmara Municipal, e a si próprio, uma série de queixas em relação a este processo. A situação aqui abordada não é no Lombomeão, mas sim na zona da Senhora de Vagos. É um processo antigo de rebaixamento de terras para tornar um terreno agrícola agricultável e do ponto de vista administrativo tudo correu bem até dezembro do ano passado. Desde dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu com agricultores daquela área do território, que se dirigiram à Câmara Municipal. Neste momento o título está suspenso, não está em vigor. E, se continuarem a retirar areias daquele local, quem assistir a tal situação deverá informar a Câmara Municipal, a GNR ou o SEPNA, para se poder fazer a devida fiscalização. Disse também que na quarta feira houve uma vistoria ao local, acompanhada por algumas entidades como a GNR e a CCDR, para se reanalisar o título que foi emitido há já uns anos atrás. Neste momento não há título, até porque ele era renovável todos os anos e, neste processo de renovação, atendendo ao facto de que a partir de dezembro começaram a cair queixas na Câmara Municipal, o título ainda não foi revalidado. O licenciamento de pedreiras no Concelho de Vagos é legal, porque existe no PDM zonas que permitem a legalização de pedreiras. O senhor Presidente julga que neste momento não há nenhum título válido de extração de inertes, mas irá confirmar essa informação. O que existe é uma licença do Ministério da Economia para exploração de caulinos no lugar da Lavandeira, que não foi sequer legalizado pela Câmara Municipal. O senhor Presidente considera que a exploração de inertes faz parte de uma atividade muito importante, que é a

construção civil, que deve ser estimulada e a Câmara Municipal tanto quis estimular que deixou isso previsto no PDM. Disse também que este Executivo Municipal não é contra a exploração de inertes, mas sim contra a exploração ilegal de inertes, e tudo fará para que todas as explorações ilegais de inertes sejam combatidas com todas as forças que estão à disposição, em atuação conjunta e em parceria com todas as entidades. Informou que há vários autos levantados e no mês de março irá a tribunal, porque houve um auto que a Câmara Municipal levantou a alguém que estava a cometer uma ilegalidade, contestou, e está agora no tribunal. Já houve casos em que a Câmara Municipal levantou o auto e aplicou uma sanção e depois o tribunal simplesmente arquivou o processo, dando razão ao reclamante. A Câmara Municipal irá continuar a combater estas situações, porque é totalmente contra a exploração ilegal de inertes no concelho de Vagos. O senhor Presidente disse que é absolutamente favorável a que os terrenos sejam agricultáveis, porque a agricultura é um setor importante no país e no concelho e deve-se estimular os jovens que se queiram dedicar à agricultura. É cada vez mais difícil atrair pessoas para a agricultura, e muito menos os jovens. Vagos tem terrenos excelentes para a agricultura, como é o caso da zona aqui referida, para que se possa trabalhar e empregar práticas agrícolas devidamente licenciadas e enquadradas do ponto de vista legal. -----

----- **E – Período “Antes da Ordem de Trabalhos”:** -----

----- **António Bastião** – O senhor António Bastião usou da palavra para abordar três questões. A primeira, sobre se há algum planeamento para requalificar a estrada Ouca – Rio Tinto. Em Ouca existe um espaço no centro, que dá acesso a Tabuaço, Rio Tinto, Santo André, Bustos e Boco e o senhor António Bastião pergunta se não seria melhor construir ali uma rotunda. Tem havido ali alguns contratemplos, alguns sustos e situações menos positivas e, portanto, seria importante, e de todo o interesse, construir ali uma rotunda, como está no cruzamento da Vagueira. Por fim, referiu-se ao Trilho da Lontra, na Freguesia de Fonte de Angeão, dizendo que faltam algumas placas de sinalética informativa a assinalar onde é que fica o mesmo. -----

----- **Sérgio Martins** – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e questionou se há alguma perspetiva de reabilitação daquele bocado da estrada em Salgueiro, que liga à rotunda de Ílhavo, sobretudo ali da zona da entrada do cemitério, que está em muito mau estado. Há pinos ali a marcar e costuma gerar muita confusão e agora como parou a chuva seria importante prever uma reparação naquele bocado da via. A outra questão que abordou prende-se com os lixos. Durante algum tempo ouviu-se, e com bastante razão, a dificuldade na recolha dos lixos e neste momento voltou novamente àquilo que era antes. O senhor Deputado faz recolha de lixos seletivos em casa, faz a separação dos lixos, e quando vai para colocar nos contentores estes estão uma lástima, porque estão cheios de tudo. O que é que se pode fazer? Se calhar já não é suficiente dizer para as pessoas serem civilizadas, será que a aplicação de coimas e mais vigilância não seria uma forma de ajudar no tratamento dos lixos? Tudo isto custa a todos e o lixo sai caro, e aos vaguenses de forma particular. -----

----- **Alexandre Marques** – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que com a sua intervenção pretende fazer um apelo e uma questão. O apelo vai de encontro ao espírito

solidário dos colegas desta Assembleia, se não for de todos pelo menos de alguns. Todos os membros desta Assembleia Municipal recebem pelo trabalho aqui prestado, enquanto eleitos, e por isso, tal como o fez durante a campanha eleitoral, apela a que esse dinheiro seja utilizado para ajudar aqueles que contribuíram para esta eleição ajudando aqueles que entendam que merecem mais ou aqueles que precisam. Entretanto, partilhou com todos, não com intuito de propaganda política, um exemplo daquilo que fez, e há canais apropriados para o fazer. O senhor Deputado fez duas pequenas doações: aos médicos sem fronteiras e à ACNUR, que é uma Agência da ONU para os Refugiados, ambas presentes, hoje, na Turquia e na Síria a ajudar as vítimas do sismo. O restante que sobrou não irá doar, mas irá gastá-lo em bens e espécies e entregá-los a algumas instituições e coletividades do concelho que precisam de ajuda. Entretanto, perguntou quem é que tem licença para fazer exploração de areias no concelho de Vagos. -----

----- **Juan Martins** – O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e abordou duas questões já parcialmente aqui faladas. Em relação ao PDM, na informação do senhor Presidente refere que durante o mês de março irá avançar a discussão do PDM e a pergunta que deixa é qual é a perspetiva sobre esta alteração. Quando se fala em alteração quer dizer alterar alguma coisa, portanto quais as perspetivas em relação ao aumento de áreas de construção, diminuição de áreas de construção ou a própria ampliação da zona industrial de Vagos. A segunda questão prende-se com os lixos, não tanto a questão dos lixos urbanos, mas o que está nos contentores dos ecopontos. O senhor Deputado tem, neste momento, lixo separável no carro, papel, e não o deixou ainda nos ecopontos porque estes estão cheios. Não conseguiu em Ponte de Vagos um ecoponto disponível para colocar o papel. Mas em relação a este assunto o mais grave são os lixos e os monos em pinhais. Do verão para cá tem-se assistido a um sistemático despejo de lixo nos pinhais, e muitas vezes em cantos escondidos. O senhor Deputado Juan Carlos disse que ainda hoje enviou uma fotografia à Presidente de Junta de Freguesia de Ponte de Vagos, de uma lixeira de entulho, que tem mais de cinquenta toneladas de entulho de obras. Na semana passada já lhe havia enviado duas do despejo de lixo num pinhal. Tem de haver mais fiscalização e penalizar as pessoas por estes atos. Aquilo a que se está a assistir no concelho de Vagos é grave e daqui por uns anos há uma lixeira “a céu aberto”. ---

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu-se a algumas falhas de comunicação daquilo que deveria de ser em termos de informação a esta Assembleia e aos vaguenses. Disse que já por duas vezes que o senhor Presidente da Câmara se comprometeu a prestar informações adicionais sobre a futura rede de transportes municipais e que, se vem aqui repisar no assunto, é porque ao longo destas últimas semanas leu sistematicamente na imprensa referências e novidades que não o deixaram muito sossegado quanto à carta branca que se deu aqui, há umas semanas atrás, à CIRA, com este processo. Basicamente, a empresa Israelita, que ninguém queria identificar, identificou-se ela própria na imprensa e vem informar que vai receber da CIRA o montante de 12,4 milhões de euros para prestar este serviço. Este número não bate certo. É muito superior aos números que constavam no valor base do concurso, que era de 1,6 milhões de euros para cinco anos. Há uma questão que se fala, que é que a TRANSDEV também tinha concorrido. É só um detalhe para de facto se perceber que a informação a propósito deste processo

é muito contraditória. O que o senhor Deputado solicita é saber se finalmente se consegue ter mais alguma informação sobre o que se está a passar em relação a este processo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o senhor Presidente da Câmara Municipal já lhe enviou essa documentação, mas, por lapso, ainda não a fez chegar ao senhor deputado da Assembleia Municipal. Entretanto, pediu desculpa e comprometeu-se a reencaminhar o e-mail que lhe foi enviado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal para comprovar a data em que foi remetido e que deveria ter sido de imediato enviado, e que por esquecimento seu, não foi. -----

----- **Hugo Santos** – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e questionou se já há alguma previsão sobre os procedimentos de alcatroamentos na Freguesia de Ouca e se já há algum desenvolvimento em relação à requalificação, ou pelo menos ao alinhamento, dos passeios no Rio Tinto e o seguimento até Santa Catarina. Questionou também se há algum desenvolvimento em relação à requalificação da Escola Básica de Ouca. Por fim, disse que na última Assembleia foi aqui abordada a questão da requalificação do Largo da Capela em Carregosa e pergunta se já há mais algumas novidades em relação à possibilidade se ser aceite aquela proposta por parte do Atletismo Clube da Carregosa. -----

----- **Bruno Julião** – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que nas últimas semanas a maioria dos órgãos de comunicação nacional denunciou as contratações das Autarquias de Vagos e de Espinho do escritório de advogados sediado no Porto, de Luís Montenegro, atual líder do PSD. Disse que ver o Concelho de Vagos ter tanta presença na esfera mediática nacional é uma situação à qual não se pode ficar indiferente, por um processo que é um caso paradigmático de uma má prática Autárquica. Em dois mil e dezasseis a Vereadora eleita pelo PS, Ana Maria Vasconcelos, denunciou a contratação do escritório do, na altura, líder do grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República, pois entendia que se confundia com favorecimento partidário. Depois, em várias sessões desta Assembleia, notou-se que também não era aceitável os ajustes diretos consecutivos a esse escritório. Infelizmente, sempre que o PS trouxe aqui este assunto, o PSD respondeu com gozo e hostilidade e espera-se que a forma como vários jornais e comentadores de direita denunciaram o caso seja boa conselheira. A contestação do grupo municipal do PS sempre se baseou em duas premissas muito simples: a primeira, a de que existem centenas ou milhares de advogados alternativos no mercado; a segunda, a de que uma escolha tão denunciada constituiu uma quebra das mais básicas regras de ética que sobretudo os organismos públicos devem respeitar. O que aconteceu foi a oferta de ajuste direto atrás de ajuste direto à sociedade de uma pessoa que durante a vigência desses contratos foi líder parlamentar do PSD, foi candidato a líder do PSD apoiado pelo Presidente da Câmara e esteve permanentemente em campanha partidária em Vagos. Depois, com tantas alternativas no mercado não é verosímil que a Câmara confiasse apenas, e só, no escritório de Montenegro e que ao longo de todos estes anos de vários ajustes diretos não tenha encontrado mais nenhum bom advogado em quem pudesse confiar. O problema também não é a opção pelo procedimento de ajuste direto, em vez do concurso público, mas sim a escolha tão denunciada desse escritório. Quando a comissão de ética no parlamento foi obrigada a

analisar o assunto deveria ter servido de alarme, pois, não achando ilegalidades, entendeu sobretudo que a situação não era recomendável fazendo com que o legislador apertasse a lei, em dois mil e dezanove. Mas isso não demoveu a Autarquia, que, mesmo depois disso, voltou a contratar a empresa de Montenegro. Entretanto, vários órgãos de comunicação social sugerem que a entrada do Presidente da Câmara nos órgãos nacionais do PSD se trata de uma recompensa. Nesse caso, disse saber que há proximidade entre o líder do PSD e o Presidente da Câmara e, na sua opinião, resulta só disso. Também não é daqueles que acha que ter um conterrâneo seu, mesmo que seja de outro partido, Deputado da Assembleia da República ou membro de um órgão nacional, de um outro partido, seja uma coisa má. O senhor Deputado sabe que o senhor Presidente pensou na melhor resposta a dar a estes assuntos. É a oportunidade de usar um direito que tem, que é de se defender da imprensa. Para o grupo municipal do PS este assunto é importante, porque é sobre a boa utilização do orçamento desta Autarquia, cujas opções aqui tanto se discutiram. As opções tomadas neste caso são pouco virtuosas para quem defende que a ética na política deve ser sempre a pedra angular do edifício público e espera-se que a sua denúncia evite que não se repita. Para terminar, o senhor Deputado questionou sobre um assunto na área da educação, dizendo que se assistiu a notícias sobre confrontos na Escola Profissional e gostaria de saber se pode ser fornecida informação mais detalhada sobre o que se passou, até porque houve um Conselho Geral onde a Autarquia tem assento, e que medidas foram tomadas sobre esse assunto para o futuro. -----

----- **Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que ontem o Município teve a visita da Presidente da CCDRC, nas inaugurações da Escola Básica da Quintã e da requalificação da zona industrial de Vagos e que culminou com uma conferência de divulgação dos projetos e investimentos realizados no concelho de Vagos com o apoio de fundos comunitários. O senhor Deputado disse que, por razões pessoais, não pôde estar presente em todas as atividades, mas foi ouvindo que a senhora Presidente da CCDRC saiu daqui muito satisfeita. Neste contexto, o senhor Deputado disse que gostaria que o senhor Presidente da Câmara elucidasse a Assembleia Municipal daquilo que aconteceu durante o dia. Questionou também como é que está o andamento da Estratégia Local de Habitação, uma vez que a habitação em Vagos é um assunto que preocupa. Continuando, disse que não poderia deixar de fazer aqui uma nota, e afirmou que o PSD normalmente quando intervém nesta Assembleia nunca o faz com gozo, mas sim com responsabilidade. O senhor Deputado disse que compreende que possa fazer alguma “comichão” a algumas pessoas as opções que o PSD toma, quer na Assembleia Municipal quer na Câmara Municipal, mas isto às vezes também é uma questão de semântica. Aquilo que o Partido Socialista constantemente apelida como sendo uma sociedade do Luís Montenegro o senhor Deputado apelida como sendo sociedade do Dr. Sousa Pinheiro. É sempre uma questão de semântica e não se devia fazer disso cavalo de batalha para vir a estas Assembleias fazer política e política baixa. -----

----- **Óscar Lopes Francisco** – O senhor Deputado Óscar Lopes usou da palavra para colocar duas questões. Relativamente ao aumento dos juros e da inflação que se tem vindo a assistir, perguntou em que medida é que esses aumentos contribuem para o normal funcionamento da Autarquia. A Autarquia tem os seus empréstimos e está exposto também à Mais Vagos, como é do conhecimento

público, e, neste momento, as coisas ainda estão de certa maneira controladas, dado que os impactos daí resultantes ainda não se fizeram sentir no seu todo. Contudo, com os aumentos que estão previstos para daqui a um mês, perguntou se há alguma expectativa desses aumentos afetarem ou não o regular funcionamento da Câmara Municipal de Vagos. Para terminar, gostaria de saber dos ajustes diretos agora com a sociedade Sousa Pinheiro. Nesse sentido, perguntou porque é que a Câmara Municipal optou sempre por ajustes diretos e não pelos concursos ou consulta prévia. Disse que a Câmara Municipal de Espinho fez seis ajustes diretos e depois mudou para uma consulta prévia. Por fim, questionou se todos os processos que a sociedade Sousa Pinheiro teve com a Câmara Municipal de Vagos já terminaram ou ainda estão alguns em aberto e quais os benefícios que houve na contratação desta sociedade. -----

----- **José Martins** – O senhor Deputado José Martins usou da palavra para fazer alguns alertas de algumas intervenções de alguns dos membros desta Assembleia Municipal. Esta última pergunta está muito bem feita, porque é importante saber o que é que resulta do trabalho feito pelos advogados para a Câmara Municipal. Por alguma coisa o PS em Vagos continua a ter os resultados que tem, porque vem para aqui para a Assembleia Municipal com “problemazinhos”, que estão fartos de serem explicados, a alertar a comunicação social sem a mínima necessidade. Mas as pessoas, os eleitores, na hora certa sabem o que devem fazer. Entretanto, referiu que a estrada da Fonte, demorada, parece estar a ter um fim agradável. Depois da rotunda, célebre por causa dos postes que lá estão no meio, já se começa a ver uma estrada em condições, com uns acessos à zona industrial minimamente bem feitos. A própria zona industrial que tanta confusão aqui deu, as estradas, os buracos e os passeios, também é bom lembrar que hoje está agradável e bem circulável. As pessoas que trabalham na zona industrial estão bem melhor servidas. O senhor Deputado já fez aqui questão de falar no trânsito pesado que passa essencialmente na estrada que vai desde o Banco BPI ao Lombomeão, que é demasiado. No seu entender devia ser encontrada uma solução, fazer um estudo, para tentar que os camiões pesados saíssem do centro da vila. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente usou da palavra para responder às questões colocadas. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado António Bastião, relativamente à estrada Ouca – Rio Tinto, disse que ainda não há uma data prevista, mas o objetivo é fazer um procedimento de alcatroamentos durante o primeiro semestre deste ano, e o mesmo estar lançado e em obra. Depois, é uma questão de articular com as respetivas Juntas de Freguesia as prioridades. -----

Quanto à construção da rotunda improvisada, disse considerar lamentável o que foi feito, independentemente de quem foi. Foi chamada a GNR para identificar quem fez, mas não se conseguiu identificar o autor da brincadeira. Há brincadeiras que não têm grande piada, porque podem provocar acidentes, como era o caso. O senhor Presidente disse não ter achado piada nenhuma àquela brincadeira, e que há situações engraçadas, mas aquela não teve graça nenhuma porque pôs em causa a segurança e poderia prejudicar o trânsito regular daquela zona. Naquele sítio em concreto, aquilo que os técnicos dizem é que não há rotundas em curvas e, portanto, não é possível fazer uma rotunda naquele espaço. Tem de ser procurada uma solução que resolva o

problema, mas de certeza absoluta que a construção de uma rotunda não será, fazendo fé nos técnicos da Câmara Municipal que percebem mais do assunto do que o Presidente da Câmara. -----  
Em relação ao Trilho da Lontra, disse que aceita a sugestão e agradeceu ao senhor Deputado António Bastião por trazer a estas sessões, e não só, muitas vezes através de mensagens que envia, situações de mais urgência para serem resolvidas. Continuando, disse que para além do trabalho que se desempenha nesta Assembleia, é também obrigação dos membros da Assembleia Municipal acompanhar os problemas do Município, e o senhor Deputado António Bastião faz isso muito frequentemente, tendo o senhor Presidente salientado que, sempre que lhe é possível, trata logo de resolver os problemas. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Sérgio Martins, quanto à reabilitação da estrada de Salgueiro, disse que estava a decorrer um procedimento, mas, entretanto, por motivo de falecimento de um dos sócios, a empresa desintegrou-se, facto que é público. A Câmara Municipal já está a refazer um outro procedimento com outra empresa para ver se o serviço é executado, uma vez que já se tinha iniciado a requalificação da estrada, mais para nascente. Ter-se-á de aguardar que termine o novo procedimento, que será um ajuste direto, porque, tendo em conta os valores, está de acordo com a lei e é mais rápido. -----

Quanto à questão da gestão dos lixos ela está normalizada. Uma das formas de resolver o problema é com a revisão do regulamento de resíduos sólidos urbanos. Já se iniciou o procedimento, que está para consulta pública, e, portanto, os senhores Deputados estão todos convidados para dar contributos. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Alexandre Marques, relativamente às licenças para exploração de areias em Vagos, disse que os procedimentos são públicos, mas não são publicitáveis, porque há um regulamento de proteção de dados que tem de ser respeitado. Ainda assim, disse, no momento não há ninguém com licença para exploração de inertes, pelo menos que tenha de memória. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Juan Martins, sobre a alteração do PDM, disse que ela também surge por imposição legal. O PDM tem de ser revisto passados dez anos e a Câmara Municipal está a tratar desse processo. Aliás, serão dois processos, um de alteração e outro de revisão. A alteração é um processo mais profundo e será discutida com todos. Neste momento o PDM de Vagos prevê, naquilo que é a nomenclatura da utilização dos espaços urbanos, a possibilidade de se instalarem em Vagos setenta mil pessoas. Continuando, o senhor Presidente disse que tem algumas dúvidas de que com este PDM será aumentada a capacidade edificativa que existe neste momento, devido ao facto de, por um lado, as regras que hoje existem, com a incorporação, por exemplo, da carta de riscos que surgiu a seguir aos incêndios de dois mil e dezassete, ser castradora dos PDM's, e, por outro lado, devido à legislação sobre o leito de cheias dos rios, que também é muito mais rigorosa, por questões ambientais. Assim, o que poderá haver é alguns ajustamentos e, aí sim, a Câmara Municipal irá fazer o que estiver ao seu alcance, nomeadamente sobre as questões antigas, complicadas e complexas, como é o caso da Gafanha da Boa Hora. O senhor Presidente disse que não acredita que se irão estender as áreas urbanas,

duplicar ou mesmo aumentá-las significativamente, e isso dependerá muito também do processo negocial. -----

Em relação à questão dos resíduos, disse que terá de se aumentar a fiscalização e passar a ter medidas sancionatórias para quem incumprir e para quem coloca em causa o ambiente, e sobretudo quem coloca em causa o bem-estar de todos. Neste momento, há uma dificuldade com a ERSUC, e inclusivamente esta semana disse que trocou impressões e sugeriu à senhora Vereadora que se questione a ERSUC novamente, porque não está sequer a fazer o trabalho de limpeza dos ecopontos. Há tempos, alegaram que era por causa das questões da seca extrema, e que por isso a limpeza dos ecopontos estaria suspensa, mas agora essa situação está ultrapassada, porque chove há imenso tempo e, por isso, estamos a pressionar a ERSUC para executar esses trabalhos. Em resposta à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana, disse que, tal como referido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, enviou-lhe a informação para que fosse enviada a quem entendesse. No entanto, considera normal, e é este o público alvo do CHEGA, ou seja, levantar suspeitas sobre tudo e sobre todos. Considera lamentável a postura do senhor Deputado, mas normal. Quando se coloca em causa tudo e todos, porque simplesmente nunca se teve a responsabilidade de governar, é tudo muito simples. O senhor Presidente acredita que o senhor Deputado Sidónio Sansana, e o CHEGA de Vagos em particular, pode, e deve, ter uma postura diferente da que tem o CHEGA nacional, e deve ser mais sério na análise, e não vir para aqui citar uns números que o senhor Presidente nem sabe nem nunca viu em lado nenhum. Continuando, disse que aquilo que referiu aqui é a transposição daquilo que é o concurso público feito pela Comunidade Intermunicipal, que será vistoriado e visado pelo Tribunal de Contas. Quando o senhor Deputado põe aqui tudo em causa, e põe todas as instituições em causa, a democracia não tem nada a ganhar com isso e, sinceramente, não deve entrar na linguagem do CHEGA nacional, porque o CHEGA de Vagos tem obrigação de fazer muito mais aqui. É importante ser sério e discutir como se tem discutido os temas com seriedade e colocando as questões, que responderá a todas. Agora, fazer insinuações é uma coisa um pouco diferente e, por isso, remete todas as respostas para o concurso e nem vai dar esse prazer de responder novamente às questões que colocou, pondo em causa a informação que aqui tinha dado. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Hugo Santos, disse que o alinhamento dos passeios está a ser tratado pelo senhor Vice-Presidente e será feito em breve. Obviamente, disse, terá de haver articulação com a questão dos alcatroamentos e esse é um trabalho que será feito em conjunto com a Junta de Freguesia. -----

Em relação à Escola Básica de Ouca, disse que não houve desenvolvimentos, e por isso é que ainda não houve reuniões. Neste momento está-se a trabalhar na negociação, relativamente ao Quadro Portugal 2030, e as escolas que já se tinham referenciado neste quadro transitam para o próximo: a Escola de Ouca; a Escola da Vigia e a Escola de Soza. Os estados de desenvolvimento desses projetos estão em fases diferentes. No caso de Ouca ainda há um longo trabalho pela frente. Outra questão a ter em conta é perceber quanto dinheiro é que há para fazer as obras e é esse trabalho que irá ser feito em breve, terminada que estiver esta conversa com a Comunidade

Intermunicipal, e isso ainda demorará alguns meses. Quanto à questão da Escola da Carregosa, se não houver nenhum impedimento, a Câmara Municipal irá aceitar a proposta do Atletismo Clube da Carregosa. A Escola da Carregosa não está registada e está-se a tratar disso agora. A proposta consiste na permuta dos terrenos do antigo Campo da Carregosa pela Escola da Carregosa, ou seja, a Câmara Municipal cede a antiga Escola da Carregosa ao Atletismo Clube da Carregosa e este cede os terrenos. Esta é uma perspetiva interessante, que está a ser estudada. Terá de ser feita a avaliação de tudo e fundamentado tudo, mas é intenção da Câmara Municipal, se não houver nenhum impedimento, aceitar a proposta. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Bruno Julião, começou por fazer uma ressalva positiva pelo conhecimento e reconhecimento que o mesmo tem do trabalho político que o Presidente da Câmara Municipal tem desenvolvido, e disse que não deixa de ter alguma piada o Partido Socialista levantar questões de ética republicana quando, com maioria absoluta, já tem menos catorze Ministros e Secretários de Estado, e a contagem só parou porque o Governo deixou de nomear pessoas. Continuando, fez referência à intervenção do senhor Deputado José Martins e à questão que o senhor Deputado Óscar Lopes colocou, que é bem feita e já teve oportunidade de o esclarecer aqui, mas teve o cuidado de trazer os números para prestar a informação o mais correta possível. No entanto, disse, podem já não ser bem os mesmos, porque estes foram contabilizados na altura em que o Partido Socialista pediu, nesta Assembleia Municipal, para consultar o processo de procedimento de contratação do escritório de advogados, e que depois veio a confirmar, na sessão seguinte, que nada havia a apontar ao mesmo. Disse que esta sociedade, desde que está a trabalhar com a Câmara Municipal, já viu quinhentos e noventa e quatro processos de contraordenação, que são instruídos pela sociedade. Tem em mãos vários processos e neste momento tem treze ainda em disputa jurídica nos tribunais. A Câmara Municipal ganhou vários, perdeu um ou outro, sobretudo de questões de recursos humanos, onde também não recorreu. Portanto, disse, o balanço é muito positivo, e já o referiu aqui várias vezes, sendo que a primeira vez foi para dar nota de uma das grandes vitórias que este gabinete jurídico teve, que foi contratado nos regimes legais em vigor, foi num processo que anunciou numa sessão de esclarecimentos em Ouça - o do Parque de Campismo - onde tinham pedido uma indemnização de cinco milhões de euros. A Câmara Municipal havia sido condenada em vários processos, com várias indemnizações e nunca ganhou nenhum processo destes grandes. A primeira vez que a Câmara Municipal ganhou um processo destes grandes foi com a sociedade que foi contratada. Se isto não é fator suficiente para que a Câmara Municipal, num quadro legal em vigor, possa contratar um prestador de serviços, então desconhece o critério, porque não tem dúvidas nenhuma que a forma como foi feito defendeu os interesses públicos e o dinheiro e recursos da Autarquia. Disse que jamais lhe passaria pela cabeça, em dois mil e catorze, quando contratou este gabinete jurídico, que oito anos depois o Dr. Luís Montenegro seria Presidente do PSD, e muito menos lhe passaria pela cabeça estar na Comissão Política Nacional do PSD, até porque, como sabe quem anda mais envolvido na política, esses processos de escolha para esses lugares são muito mais uma lógica de estratégia distrital do que uma lógica de estratégia direta dos líderes partidários. Mas quem quer *“lançar porcaria para a*

*ventoinha*” pode lançar sempre em qualquer circunstância e distrair as pessoas do que é essencial, e o que é essencial é que em dois mil e treze o PSD foi candidato e ganhou as eleições. Em dois mil e dezassete já se falou desta questão e o PSD voltou a ganhar as eleições; e, em dois mil e vinte e um, falava-se ainda mais neste assunto, e o PSD voltou a ganhar as eleições. Assim sendo, só se pode entender que o povo de Vagos entende esta contratação e deu a vitória eleitoral ao PSD e, por isso, está perfeitamente tranquilo. Disse também que é Presidente de Câmara há nove anos; é Autarca há treze anos e foi durante oito anos membro da Assembleia Municipal; e, desde essa altura, e apesar de vários processos com denúncias investigados, nunca foi constituído arguido, com exceção de uma vez, em dois mil e treze, nas vésperas das eleições por ter ido a uma reunião da Comunidade Intermunicipal e, mais tarde, o Ministério Público pediu a absolvição ao Tribunal, porque não era ele quem deveria ter estado na reunião mas sim o Presidente da Câmara, por estar em sua substituição. Por isso, sobre este assunto, podem perguntar as vezes que quiserem que não se incomoda nada. Já se incomodou. Neste momento, está tão tranquilo com esta questão que já nem o incomoda. Quando quiserem perguntar, perguntem, que responde a tudo. Disse. -----

----- **Alexandre Marques** – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e questionou se o senhor Presidente se recorda, na última década, quantas licenças para exploração de areias houve no concelho de Vagos. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que compreende algum incómodo quando certas pessoas *“olham para o retrovisor e começam a ver lá atrás o CHEGA”*. Essa parte considera normal. Contudo, não considera normal que se ponha em causa a seriedade de jornais de referência, como o Jornal de Notícias, do dia nove de fevereiro, que serviu de base a alguns dos dados que foi buscar, ou o Jornal de Negócios, entre muitos outros, mas citou estes que são imprensa de referência. O senhor Deputado desconhecia que era necessário trazer bibliografia para suportar as suas intervenções, mas, se for, começa a fazê-lo. O que não cede é dos seus direitos ao estatuto de oposição. -----

----- **Bruno Julião** – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que, quanto ao conteúdo e estilo de debate e de reação do grupo municipal do PSD, aprendeu ao longo dos anos a ganhar a infinita paciência perante posturas que revelam mais um pouco de algum fanatismo partidário quando não se colocam aqui as coisas com a seriedade que elas merecem. O senhor Deputado não considera aceitável, e, está certo de que não conseguem dar nenhum exemplo de nenhuma frase que dissesse aqui que possa considerar *“política baixa”*. Aquilo que disse fê-lo com total seriedade e *“era só o que faltava”* não poder trazer aqui um assunto que está a ser falado por todo o país e que tem tido espaço na esfera mediática nacional com grande destaque. A missão principal nesta Assembleia Municipal é fazer o escrutínio da Câmara Municipal. Desafiou o grupo municipal do PSD a repetir alguma frase que tenha dito que seja considerada *“política baixa”*. O senhor Deputado disse também ter a certeza de que nem todos os vereadores do PSD, nem todos os Deputados do PSD, consideram que foi prudente contratar Luís Montenegro, e fazer todos os ajustes diretos consecutivamente. O senhor Deputado considera que o PSD foi longe demais ao dizer que o *“o povo de Vagos entende essa contratação”*. Claramente não deve ser dito, e o senhor

Presidente fez aquilo que todos antecipavam que fizesse, que é não falar de política local e refugiar-se em política nacional. É uma habilidade que usa há quase dez anos. Com referência ao senhor Presidente da Câmara Municipal, disse também que convém lembrar que não está aqui como comentador político ou partidário, mas como Presidente da Câmara quer deve ter respostas a dar aos membros desta Assembleia. Por fim, disse que, de qualquer modo, convém tomar nota que o Presidente da Câmara chamou a este escrutínio “porcaria na ventoinha”. -----

----- **Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e solicitou ao senhor Presidente que se pudesse responder às questões que colocou há pouco. Relativamente à forma como o PSD intervém nesta Assembleia em nenhum momento pôs qualquer limite às intervenções do Partido Socialista. O PSD até gosta que o Partido Socialista tenha esta intervenção, porque já deu para perceber como é que os vaguenses interpretam este tipo de intervenções. Em relação às frases de política baixa são, por exemplo, pessoas instruídas, nomeadamente o Deputado Bruno Julião, virem aqui acusar a Câmara Municipal de fazer um ajuste direto, quando tem conhecimento de que isso é permitido. Entretanto, perguntou ao senhor Presidente quantas vezes é que o Dr. Luís Montenegro representou a Câmara Municipal de Vagos em juízo, porque muito provavelmente, e tanto quanto tem conhecimento, nunca o fez apesar de pertencer àquela sociedade. Política baixa é quando se conhece a realidade e vêm aqui tentar fazer entender às pessoas que as coisas são diferentes. Realmente existem mais advogados, e o senhor Deputado até está à vontade para falar, porque é advogado em Vagos, como existem muitos mais, e podia sentir-se ofendido, ou até melindrado, de não ter sido consultado nem ter sido contratado. Agora, há uma questão que considera essencial, isto é, o Presidente da Câmara é o representante do Município e o senhor Deputado gostava que lhe explicassem quem é que entende que se abra um concurso público, sujeito a candidatarem-se uma série de advogados, nomeadamente aqueles que iniciaram a sua carreira ontem. Segundo opinião do senhor Deputado o Presidente da Câmara deve poder escolher um advogado da sua confiança, porque é quem vai ter os processos da Câmara Municipal em juízo e quem vai representar o Presidente da Câmara no Tribunal. O senhor Deputado gostava que quem levanta este problema dissesse qual é a solução. É abrir-se um concurso público e estar sujeito a aparecer quem calhar, quem fizer o preço mais baixo? O senhor Deputado não considera isso uma solução responsável nem para o Município nem para os processos que há para defender. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para inicialmente responder às restantes questões que tinham sido colocadas no âmbito da 1ª ronda. Assim, quanto à intervenção do senhor Deputado Nuno Moura, a propósito da visita da senhora Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) e à conferência de ontem, referiu que esta se realizou porque o Município viu aprovada uma candidatura que no total tinha um investimento de vinte e cinco mil euros, sendo que eram vinte mil euros financiados, precisamente para divulgar as obras todas que foram feitas com recurso aos Fundos Estruturais Europeus. Por isso, foi realizada esta ação, no âmbito da candidatura, que implicava a visita a obras, uma conferência e a realização de vídeos, que foram mostrados ontem a quem esteve presente. O evento, basicamente, significou o *accountability*, ou a prestação de contas, daquilo que

foi o Quadro Comunitário de Apoios do Portugal 2020, que, neste caso, foi gerido inteiramente por este Executivo e aquilo que os Fundos Estruturais significaram – retirando-se outros investimentos com recursos próprios ou a outra tipologia de fundos de comunitários – ou seja, significaram dezoito milhões de euros de investimento em diversas obras. Esses investimentos foram repartidos da seguinte forma: duzentos e cinquenta mil euros para o património natural; cinco milhões e novecentos mil euros para a mobilidade urbana sustentável; quatro milhões e novecentos mil euros para a reabilitação urbana; dois milhões e novecentos mil euros para desenvolvimento industrial; um milhão e duzentos e sessenta mil euros para a educação; quinhentos mil euros para a coesão social; novecentos e sessenta e três mil euros para turismo e coesão territorial; setecentos e quarenta e nove mil euros no apoio à recuperação da sociedade e estabilização de emergência; duzentos e noventa e seis mil euros no ambiente e património. Foram realizados uns vídeos, que irão ser divulgados, para acompanhar as obras que foram feitas com recurso aos fundos comunitários. Este foi um exercício bastante interessante, bastante elogiado pela senhora Presidente da CCDR, para prestar contas. Em relação à Estratégia Local de Habitação, disse que é um processo que está a desenvolver-se com algum sucesso. A Câmara Municipal já ajudou cidadãos a fazer as quatro primeiras candidaturas, sendo que duas delas já estão aprovadas. Há dois munícipes do concelho de Vagos que em breve irão começar a fazer intervenções nas suas residências, para ter qualidade de vida na sua habitação, recorrendo ao Primeiro Direito. Este é um dos poucos bons exemplos que o Governo vai dando e, na Estratégia Local de Habitação, Vagos foi dos primeiros concelhos a avançar e está a trabalhar em conjunto com o Ministério da Habitação e tem estado a correr muito bem. -----

Quanto à intervenção do senhor Deputado Óscar Lopes, acerca do aumento dos juros e da inflação, disse que há um terceiro fator que tem influência, que é a questão da revisão extraordinária dos preços, com as consequências extraordinárias disso, desde dois mil e vinte e dois. As consequências são, por exemplo, mil euros que se tinham reservado para investimento se tiver de se pagar mais cem euros de revisão extraordinária de preços, obviamente que o montante de investimento diminui para os novecentos euros, porque quer as taxas de juro, quer a inflação quer a revisão extraordinárias de preços, que está associada à questão da inflação, têm uma consequência, a diminuição da capacidade de investimento. Há uma estabilização em alguns preços, nomeadamente nos betuminosos e das matérias ligadas ao betão, que estão a baixar e a estabilizar. Por isso é que houve este compasso de espera em relação ao procedimento dos alcatroamentos. A Câmara Municipal no ano passado praticamente não lançou procedimentos novos e já lançou um este ano e irá lançar outros ainda. Os que se lançaram no ano passado, que têm recurso a pavimentações, tem a ver com os apoios comunitários de mobilidade suave. -----

Sobre a intervenção do senhor Deputado José Martins, quanto à questão da Rua da Fonte e da zona industrial, disse que qualquer obra destas tem sempre duas fases: a primeira fase em que se está em obra e há muitas reclamações, e a segunda fase, quando se conclui a obra, e as pessoas percebem que aquele período que tiveram de sofrer mais um bocadinho foi compensador. E isto é

assim em tudo, não é só nas obras públicas, e até mesmo nas obras em casa de cada um. Aquilo que se vive em casa de cada um é aplicável, numa proporção superior, nas obras públicas. -----

Em relação ao trânsito pesado, disse que o último trabalho feito pelo senhor Eng<sup>o</sup> António Castro - a quem aproveitou para agradecer o trabalho desempenhado na Câmara Municipal, assim como à secretária, Dr<sup>a</sup> Lurdes Cartaxo, que se reformaram - foi precisamente um estudo para a limitação do trânsito pesado no Concelho de Vagos. Em breve haverá novidades sobre este assunto. -----

Em resposta ao senhor Deputado Sidónio Sansana, referiu que a última pessoa que viu pôr-se em “píncaros dos pés” foi a senhora Assunção Cristas e hoje já não existe politicamente. Portanto, terá de se ver o que é que isto vai dar para o futuro. -----

Quanto à intervenção do senhor Deputado Bruno Julião, ao dizer que se sente ofendido com o PSD e com o Presidente da Câmara, relembrou momentos desta Assembleia onde o PS denominou documentos da Câmara Municipal de “folha de couve” ou de fazer perguntas e ausentar-se da reunião. -----

Em relação à pergunta feita pelo senhor Deputado Alexandre Marques, disse que a resposta é não, que não se lembra do número, mas se ele quiser essa informação poderá a mesma ser-lhe depois enviada, porque neste momento não tem presente. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. No entanto, usou da palavra para partilhar com os membros da Assembleia Municipal uma informação que lhe foi dada esta semana e que o deixou bastante transtornado e aborrecido. Começou por dizer que este assunto foi já partilhado com o senhor Presidente da Assembleia, embora ainda não haja nenhuma comunicação oficial, mas que tem tido desenvolvimentos ao longo dos últimos dias, sobretudo desde terça feira até ao dia de hoje. O senhor Presidente da Câmara disse que quis prestar esta informação, em primeiro lugar, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e agora partilhá-la com os membros da Assembleia Municipal. É uma situação de gravidade extrema e terá de ser tomada uma decisão entre todos e trabalharmos em conjunto para evitar que tal suceda. Durante o mês de janeiro, a meados do mês, foi agendada uma reunião com o ACeS do Baixo Vouga, onde esteve presente, acompanhado da senhora Vereadora Susana Gravato, do Dr. Laerte Pinto e da Dr<sup>a</sup> Graça Feio, porque havia vários assuntos em cima da mesa, nomeadamente a questão do encerramento da extensão de saúde de Covão do Lobo. Outro assunto era a criação da ULS da Região de Aveiro, que está neste momento em discussão, e queria falar com o Diretor do ACeS sobre esse assunto. Entretanto, havia outro assunto, que para a Autarquia

era estranho, porque foi contactada pela ARS Centro sobre uma possível requalificação no Posto Médico da Gafanha da Boa Hora. Tinha saído um aviso do PRR, que tem consigo, que contemplava uma intervenção no Posto Médico da Gafanha da Boa Hora e a Autarquia foi contactada de urgência pela ARS Centro a informar que entendia que deveria ser a Câmara Municipal a ser a dona da obra e a fazer a candidatura. Contudo, o espaço não é da Câmara Municipal, mas sim da Casa do Povo da Gafanha da Boa Hora. Entretanto, os serviços contactaram com o senhor Presidente da Junta de Freguesia para dar uma ajuda e para ver como é que se poderia conduzir o processo. Por esta razão é que foi solicitada a presença da Dr<sup>a</sup> Graça Feio e do Dr. Laerte na reunião, por acompanharem a questão da descentralização de competências, que também é algo que está em cima da mesa. Os assuntos eram vários, e, por isso, houve ali vários intervenientes e estiveram todos os responsáveis das Unidades de Saúde do concelho de Vagos. Nesse dia foi anunciado que seria feita a candidatura da USF de Ponte de Vagos. Na reunião estiveram também representantes da UCC, o senhor Enfermeiro Hugo Santos, como representante das UCC's, o Dr. Rui, que é o responsável da Saúde Pública, e o Dr. Pedro Almeida, que é o responsável do ACeS. Disse que nessa reunião, entre os vários assuntos que se falaram, foi referida a possibilidade de encerramento da Unidade de Saúde do Covão do Lobo, ao qual, de imediato, se manifestou contra. A Câmara Municipal não pode fazer parte desse processo de definição de como funcionam as Unidades de Saúde, mas, dentro do que está, para a Autarquia, está bem, ou seja, a funcionar três Unidades principais, Vagos, com uma delegação acessória, Gafanha da Boa Hora, Soza-Ouca e Ponte de Vagos-Covão do Lobo. A hipótese de Covão do Lobo se manter aberto, desde logo nessa reunião, ficou mais ou menos encerrada, embora se tivesse ainda de conversar posteriormente. Nessa reunião levantou-se uma outra questão, que nunca tinha sido levantada, que era também o encerramento do Posto Médico da Gafanha da Boa Hora. Continuando, disse que na referida reunião transmitiu com clareza aos presentes na sala, e agora aos que estão hoje aqui também, que a Câmara Municipal seria totalmente contra o encerramento de qualquer Unidade de Saúde, até porque havia aqui uma lógica de funcionamento das três Unidades de Saúde principais e com uma acessória. Como sabem está a ser negociado entre as Câmaras Municipais e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro a negociação do futuro quadro de apoio que inclui a área da saúde e as duas obras que a ARS referenciou para serem trabalhadas, no âmbito deste processo de negociação, é a ampliação da Ponte de Vagos e de Soza. Por sua vez, o senhor Presidente disse que esta semana foi informado, oficiosamente, que a decisão da Administração Regional de Saúde era a de encerrar os Postos Médicos de Covão do Lobo e de Gafanha da Boa Hora. O senhor Presidente informa os presentes de que isto não fica por aqui, ou seja, o ponto seguinte será encerrar Ouca, e por isso é que se tem de agir imediatamente. O que está aqui em causa é que o Governo, através das suas operações descentralizadas, quer encerrar três Unidades de Saúde no concelho de Vagos: Covão do Lobo, Gafanha da Boa Hora e futuramente Ouca. Embora Ouca nunca tenha sido referido, não restam dúvidas de que quando se ampliar Soza é isso que irá acontecer. A Câmara Municipal desde terça-feira que tem estado em contacto com as entidades governativas. Há uma reunião agendada, para dia vinte e sete, na ARS. O Senhor Presidente disse que já solicitou uma audiência ao senhor

Ministro da Saúde, e ao senhor CEO da Saúde, porque esta decisão terá a frontal oposição da Câmara Municipal de Vagos, e convida os membros da Assembleia Municipal a associarem-se nesta luta, que tem de ser uma luta do concelho, uma luta das freguesias, uma luta contra estes processos de centralização que são absolutamente ridículos, numa altura onde se fala tanto de descentralização. É absolutamente inaceitável que este processo seja conduzido neste sentido e o senhor Presidente tem a certeza de que neste processo, independentemente das estratégias político-partidárias de cada um, e da cor política de cada um, estão todos do mesmo lado e esse lado é junto das populações. O que dizem é que agora os médicos não gostam de trabalhar sozinhos, gostam de trabalhar em equipa, mas o senhor Presidente considera isso uma desculpa “esfarrapada”. A Saúde é uma área que anda “sem rei nem roque”. Ninguém manda na Saúde e tudo o que acontece é porque não há essa gestão, e o senhor Presidente acreditava, provavelmente ingenuamente, que a ULS vinha resolver alguns destes problemas, mas afinal não vem ou haverá uma necessidade de antecipação para evitar que esta entidade resolva alguns destes problemas. Por isso, como ainda não há nenhuma decisão formal o senhor Presidente disse que tudo fará para evitar que este atentado seja feito às populações. Não é só da Gafanha da Boa Hora. Não é só do Covão do Lobo e da Fonte Angeão. Não será só de Ouça. Será de todo o concelho. Por fim, o senhor Presidente da Câmara Municipal convidou os membros da Assembleia Municipal a associarem-se a esta indignação da Câmara Municipal e sobretudo a trabalharem devidamente, para que isto não aconteça no concelho de Vagos, pelo menos enquanto aqui estiverem. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal manifestou a sua indignação e o seu repúdio, em relação ao assunto abordado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal e à decisão que lhe foi comunicada pelo ACeS do Baixo Vouga e pelo Dr. Pedro Almeida. O Dr. Pedro Almeida, que no mandato passado, e grande parte desta Assembleia é constituída por elementos que estavam cá no mandato passado, perante a Assembleia Municipal deixou uma palavra de esperança e de compromisso de que não iria encerrar o Posto Médico de Covão do Lobo e de Gafanha da Boa Hora. Na altura, na discussão de um tema da atualidade, proposto pelo grupo municipal do PS, foi com gosto que se ouviu, e inquiriu, e foi assumido pelo próprio Dr. Pedro Almeida o compromisso perante esta casa, perante a Assembleia Municipal e perante os vaguenses de que estes dois Postos Médicos não iriam encerrar. Este compromisso já havia sido assumido em outras alturas e outros momentos. Basta olhar para as entrevistas que foram dadas à Rádio Vagos FM e aos jornais. Portanto, foi público e notório que esta era a posição do Dr. Pedro Almeida. A verdade é que o senhor Presidente da Assembleia Municipal sempre desconfiou das boas palavras que foram anunciadas por nunca terem sido acompanhadas, nem consubstanciadas e na prática dos respetivos atos. E este assunto é muito mais sério porque sente-se duplamente enganado, por ser uma pessoa da terra, do Covão do Lobo. Foi o ACeS que pediu e exigiu à Junta de Freguesia para fazer um investimento, para dotar o Posto Médico de condições para poder ser lá colocado o médico para servir a população. A Junta de Freguesia fez o investimento, que é público, e foi entregue a todos os grupos municipais com assento na Assembleia da República, o comprovativo, no valor de quarenta e cinco mil euros. Este valor para a Junta de

Freguesia representava o orçamento anual e esta leviandade, esta forma de tratar as Autarquias Locais, em fazer substituir um investimento que devia ser do Governo Central, não pode acontecer. As pessoas na ânsia de manter estes serviços vão neste engodo e depois são claramente enganadas e tratadas da forma como estão a ser neste momento. O senhor Presidente considera que não há nenhuma razão para que isto aconteça, e tal como dizia o senhor Presidente da Câmara agora é Covão do Lobo e Gafanha da Boa Hora e a seguir será Ouca. O senhor Presidente da Assembleia Municipal não quer fazer uso do seu cargo, mas quer mostrar aqui, e relembrar a Assembleia, e irá ficar expetante em relação a isso, que esta Assembleia já deu exemplos no passado de uma grandeza institucional e da defesa da população vaguense independentemente das cores partidárias que cada um defende. Este é um tema central. É um tema que interessa às pessoas. Tem de ser discutido, e importa também a todos e não só ao Covão do Lobo, à Fonte de Angeão, à Gafanha da Boa Hora e a Ouca. Esta decisão não beneficia nada nem ninguém. Não beneficia as pessoas da Ponte de Vagos, onde está inserida a Unidade de Saúde, porque baixa a qualidade do serviço. Nem de Vagos, nem de Soza. Não beneficia ninguém. Esta situação prejudica claramente as populações. No passado, esta Assembleia Municipal soube estar à altura dos desafios e defender os interesses da população vaguense, como aconteceu com o Colégio de Calvão, e, com toda a franqueza, espero que o saibamos fazer também nesta situação em particular. Ninguém pode ficar calado perante tamanha injustiça, em querer sacrificar as pessoas, principalmente aquelas que mais precisam, numa área tão importante como é a saúde. Esta decisão vai atacar e fazer sofrer, aqueles que são os mais pobres, os que não têm capacidade de se deslocarem, aqueles que não têm voz. O senhor Presidente da Assembleia Municipal espera que a Assembleia Municipal, uma vez mais, esteja à altura da confiança que os vaguenses depositaram e que defendam os seus legítimos interesses, os interesses de Vagos e das suas pessoas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que informação escrita oficial só tem a respeitante ao Covão do Lobo, que deriva do processo da USF de Ponte de Vagos, ou seja, como se deu entrada ao processo da USF de Ponte de Vagos essa USF implica o encerramento do Posto Médico de Covão do Lobo. Aquilo que tem de informação sobre a Gafanha da Boa Hora foi transmitida oralmente, e deriva do processo de alteração de categoria da USF, para categoria B, e, nessa passagem de categoria, os serviços funcionariam somente no Centro de Saúde de Vagos. O senhor Presidente foi contactado ontem pela responsável da USF Nossa Senhora de Vagos para agendarem uma reunião, no sentido de estudar medidas para mitigar, para diminuir, o impacto nas populações envolvidas nesta situação, e negou-se categoricamente a ter essa reunião. O objetivo da Câmara Municipal é que não encerre. Portanto, não vai sentar-se na mesa negocial para estudar medidas para diminuir o impacto do encerramento quando o que se pretende é que continue aberto. Sobre esta situação, só informou os senhores Presidentes de Junta. -----

----- **Albano Gonçalves** - O senhor Deputado Albano Gonçalves e Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, usou da palavra e referiu que se anda há seis anos a “mitigar ou a mastigar”, como queiram dizer, a Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo. Têm andado

a brincar com as pessoas e fazem isto de uma forma como se fossem todos uns bonecos. Primeiro, mandam fazer obras num valor que para a Junta de Freguesia é incalculável, quarenta e cinco mil euros. O Dr. Pedro Almeida agendou uma reunião com o senhor Albano Gonçalves a prometer o serviço, manda uma engenheira civil e uma arquiteta e alguns acompanhantes para ver as obras que eram necessárias fazer. Partiram-se móveis, que estavam bons e tiveram de ir para o lixo, mas não se podiam ter móveis daquele formato num gabinete médico. Inventaram obras que não eram necessárias. Entretanto, agendam mais reuniões, pedem para se fazerem mais coisas, e depois já diziam que não tinham pedido as obras, quando o pedido foi sempre feito por escrito, estas obras foram pedidas por escrito. Essas obras foram feitas, informou-se que as obras estavam feitas e começa aqui um tipo de “uma novela”, com o Dr. Pedro Almeida a vir aqui dizer que o Posto de Saúde de Covão do Lobo nunca iria fechar, disse-o aqui várias vezes, inclusive que iria ser uma filial de Ponte de Vagos. A Freguesia, que está lá mais a sul, sente-se lesada e enganada. Enganados, porque andaram a ser ludibriados pelo Dr. Pedro Almeida, e lesados porque se gastaram quarenta e cinco mil euros sem os ter. No fim disto tudo a população acaba por não ter nada. Continuando, disse que para ter uma consulta em Ponte de Vagos teve de ir cedo, por volta das seis da manhã, e depois esteve duas horas à espera. Há um serviço de SNS em Covão do Lobo, mas, ao querer marcar-se uma consulta, dá sempre interrompido. Não há consultas. Parece que se está num país do terceiro mundo. Mas as pessoas têm direitos, não têm só deveres para pagar. Não se deve brincar com estes assuntos. Estamos a falar de um bem que deve ser muito bem estimado, a saúde. A população está envelhecida e não tem cá os filhos. São emigrantes e o Governo tem de olhar para estas situações. As pessoas trabalharam, e trabalham, para ter aquilo que merecem. Pagaram os impostos e têm de ter aquilo que precisam. O senhor Deputado disse que não sabe quem é que tem a culpa desta situação, e o Governo é que é capaz de dar essa resposta. Por isso, deixa um apelo, a todos aqui presentes, independentemente da cor partidária, que é ir à luta, trabalharemos todos em conjunto de modo a reverter esta situação. -----

----- **Arlindo das Neves** - O senhor Deputado Arlindo das Neves, e Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora, usou da palavra e referiu que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, tudo fizeram para que o Posto Médico da Gafanha da Boa Hora não fechasse. Sempre foi prometido, e daí a sua indignação. O Posto não iria fechar, apenas estava suspenso. Entretanto, as coisas complicaram-se, e a partir desta quarta feira complicaram-se mais ainda. Também foram feitas obras no Posto Médico da Gafanha da Boa Hora, como por exemplo mudou-se o ar condicionado. O senhor Deputado concorda com tudo o que foi dito pelo senhor Albano Gonçalves. São problemas idênticos o que estas duas freguesias estão a viver, e deixa um apelo a todas as forças partidárias aqui presentes, que mais uma vez se use a bandeira para defender esta causa, em nome do povo, pois é em nome do povo que aqui estão todos, e que se juntem todos nesta luta para se poder fazer o melhor pelas freguesias e por quem vota. O senhor Deputado disse que tudo fará para que se chegue a alguma solução para travar esta situação. Não se pode baixar os braços, porque é obrigação de todos aqui presentes defender o povo e dar-lhe a qualidade de vida que merece. -----

----- **Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que face à informação dada pelo senhor Presidente da Câmara, e às intervenções do senhor Presidente da Assembleia e dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, obviamente que o grupo municipal do PSD não pode ficar calado e assistir passivamente a este atentado contra a população vaguense. A verdade é que, conforme aqui foi dito, esteve presente numa sessão da Assembleia Municipal o responsável do ACeS, várias foram as reuniões realizadas, várias foram as exigências que foram feitas, que foram respeitadas, e a verdade é que agora todos foram surpreendidos com o eventual fecho das Unidades de Saúde de Covão do Lobo e da Gafanha da Boa Hora e, certamente, se seguirá, como disseram, e bem, também a de Ouca. Este é o momento para o Partido Socialista brilhar aqui nesta Assembleia Municipal e mostrar aquilo que vale e a influência que pode ter junto do Governo, que já habituou todos a não cumprir aquilo que promete, e esta é mais uma promessa que não foi cumprida. Todos estavam à espera que isto não viesse a acontecer, e aqui o que está em causa é a saúde da população vaguense, porque se efetivamente se está num período mais à frente em que as novas tecnologias e em que os contactos indiretos, através de aplicações e chamadas telefónicas podem ajudar a resolver os problemas de saúde, a verdade é que também há uma esperança de vida maior. Portanto, a população tendencialmente chega a uma maior idade e tem dificuldade em se movimentar e de ter acesso a estes cuidados caso estas unidades próximas venham a fechar. Este é um assunto de tal modo importante que sem mais considerações e demonstrando o repúdio que o grupo municipal do PSD tem a esta decisão, e juntando-se a força dos senhores Presidentes de Junta, do senhor Presidente da Câmara e do senhor Presidente da Assembleia, propõe ao senhor Presidente da Mesa que seja criada uma Comissão de Acompanhamento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e composta por um elemento de cada partido com assento nesta Assembleia. O grupo municipal do PSD propõe, desde já, como seu elemento a enfermeira Andreia Marques, que apesar de não estar presente hoje, foi contactada e deu a anuência a esta nomeação caso a Assembleia assim o entenda. A enfermeira Andreia Marques foi escolhida por ser uma pessoa ligada à área da saúde, e pode ajudar na resolução desta situação, e representa esta Assembleia Municipal no ACeS Baixo Vouga. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que está solidário com esta oposição de centros de saúde, e de instalações de saúde, no concelho, principalmente porque tem dezenas de relatos de contactos com alguma da população menos abonada, em termos socioeconómicos, portuguesa e comunidade emigrante também. Os relatos convergem. O que as pessoas dizem é que não podem ir a uma consulta noutra localidade do concelho porque não têm transporte próprio, não têm meios financeiros para pagar um táxi e não têm transportes públicos. Tudo isto é para entenderem também algumas das motivações que aqui traz. Continuando, disse que como o ponto um não é só isto, questionou sobre a beneficiação do arruamento Vagos – Santo António, ou seja, se se refere à estrada do Lombomeão e se há condições para avançar com esta obra com a Rua da Fonte no caos em que ainda está. Em relação a planeamento de obras, nada foi dito sobre o Palacete e sobre a Rua da Fonte. O PDM, que se falou há pouco, setenta mil habitações que são permitidas e a questão é se estão permitidas nos sítios

onde fazem falta hoje. É que o PDM nasceu numa altura em que ainda não haviam zonas industriais e onde as pessoas querem estar próximas. A requalificação e eficiência energética do Edifício da Câmara Municipal, um investimento de trezentos e cinquenta mil euros, vai avançar sem a participação de trezentos mil euros do FEDER estar aprovada? Perguntou. Se for assim só se justifica com poupanças monetárias, que o senhor Deputado não conhece, adequadas, mas entende que o melhor seria esperar pela certeza que os trezentos mil euros de comparticipação chegam a tempo de financiar os trezentos e cinquenta mil euros de investimento. -----

----- **Bruno Julião** – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que em relação à informação na área da cultura não se tem conhecimento de quantas pessoas frequentam as atividades assinaladas, e esse é um exercício que é feito por muitas Câmara Municipais. Este é um dado estatístico básico que importa ter para se perceber, sobretudo, que passos seguintes dar nas várias edições das ações, e é útil ter esse elemento. Na mesma linha pergunta se há dados concretos que sustentem a informação de que os carregadores de viaturas elétricas dispõem de boas taxas de utilização. O senhor Deputado nota que a campanha de apoio à esterilização de animais de companhia teve uma adesão muito baixa, apenas quatro candidatos, e pergunta o que é que falhou. É um assunto que talvez careça de uma melhor divulgação, talvez um envio de panfletos aos munícipes com a informação através dos correios ou outra estratégia. Este assunto tem sido abordado nas outras sessões da Assembleia Municipal e seria melhor densificar um pouco esta discussão. Entretanto, houve mais uma reunião da Comissão de Trânsito, mas não se sabe do que se tratou. Talvez a ata ainda não esteja disponível. O senhor Deputado recomenda que se pondere, desde já, alguma limitação de velocidade na estrada nº333, entre o Centro de Vagos e a primeira rotunda de Soza, porque é um troço onde ocorrem alguns acidentes. Há pessoas que andam de bicicleta e a pé e seria interessante pensar numa ecovia ou qualquer solução do género. No capítulo das limpezas e manutenções diversas, desde logo, uma dúvida, isto é, fala-se aqui em limpezas e manutenções que são responsabilidade da Câmara e não abrangendo os trabalhos das Juntas de Freguesia, é isso? Perguntou. É que seria útil que se explicitasse os trabalhos que são realizados em todas as freguesias, porque quatro, das oito freguesias, têm essas obras mais concretas e definidas, sabendo-se o que foi realizado concretamente, e nas outras não se sabe e seria útil saber para se perceber se é algo que ficou bem feito e poder fazer-se esse escrutínio. O senhor Deputado questionou a que locais específicos se refere as propostas de arruamentos de Vagos e Santo António, pois são cento e cinquenta mil euros. Aliás, disse que o senhor Deputado do CHEGA já tinha colocado aqui essa questão, e lugares para arranjar não faltam, começando pela rede viária que é um péssimo “cartão de visita” do Município de Vagos. O senhor Deputado é de opinião que se deviam disponibilizar todos para fazer, aqui na Assembleia, uma identificação de zonas de intervenção prioritária. Entretanto, verificou que não viu neste documento arranjos mais pequenos, como uma depressão à entrada de Vagos junto ao Bairro de Santiago. Já teve lá um buraco maior, mas não ficou bem arranjado. Refere-se também à retirada de umas “Alminhas” no Lombomeão, junto ao Café Vicente, que foram retiradas pela a Junta de Freguesia a proceder à sua remoção, mas seria importante perceber porque é que foram retiradas e se estão todos satisfeitos com essa

solução. Relativamente aos registos de atendimentos de migrantes, desde logo os *on-line*, parecem poucos, num período em que se tem uma comunidade de migrantes maior, admitindo, no entanto, que possa ter que ver com o facto destes já terem o seu processo de integração, mais ou menos, consolidado. Em relação à área da saúde, naturalmente poderão contar com o Partido Socialista para integrar qualquer comissão de especialidade, pois considera que se deve explorar essa modalidade aqui na Assembleia Municipal mais vezes. Se for para criar uma na área da saúde o grupo municipal do PS está, obviamente, totalmente disponível, até porque este assunto carece de muitas explicações. O senhor Presidente da Câmara ensaiou aqui as explicações de que da Unidade A passa para Unidade B, mas terão todos de compreender o que é que isso significa e o que é que está por detrás dessas decisões. Parece não haver ainda uma decisão. O senhor Presidente da Assembleia referiu que a decisão foi transmitida pelo ACeS à Câmara, mas não é bem uma decisão. Há uma decisão e há contactos oficiosos. É muito importante ter acesso a todos os elementos do diálogo que houve até agora entre a Câmara Municipal e o ACeS do Baixo Vouga ou outras entidades da área da saúde. É também importante ter acesso a elementos conexos, como as obras que foram solicitadas para perceber qual é que é o enquadramento dessas obras, se eram absolutamente necessárias à luz das regras que existem ou se eram no sentido de que se perspectivava que a unidade se mantinha em funcionamento. Este assunto tem de ser começado a ser falado com as entidades o mais rápido possível, naturalmente. É assim que se faz, e, por isso, o grupo municipal do PS está totalmente disponível para o que for necessário. -----

----- **Alexandre Marques** – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que já fez por e-mail um pedido de esclarecimentos sobre a questão que colocou sobre a exploração de areias no concelho. Entretanto, referiu que já aqui manifestou por diversas vezes o seu bairrismo e o amor que tem pela Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e, por isso, manifesta o seu apoio nesta luta em relação à saúde. Todos pagam impostos como nunca antes se pagou em democracia. E, se têm o direito de nos exigir o pagamento de impostos, todos têm o direito de exigir os serviços mínimos. De um ponto imparcial o senhor Deputado consegue entender o porquê de encerrar, mas não consegue compreender isso enquanto cidadão, enquanto munícipe e enquanto pessoa ligada a estes lugares. Em relação à informação do senhor Presidente, o senhor Deputado esperava ver, qualquer coisa parecida como um relatório sobre aquilo que aconteceu no Palacete Visconde de Valdemouro. Ainda não existe rigorosamente nada sobre a causa daquele acidente. Para terminar questionou o Executivo Municipal, porque já falou nisso aqui, se o problema das tabelas de basquetebol, que uma munícipe aqui veio expor e pedir que resolvessem o problema, que estava há alguns meses sem conseguir descansar, no bairro frente ao Pingo Doce já foi resolvido, se os munícipes que ali habitam viram os seus incómodos resolvidos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para tecer algumas considerações sobre as intervenções dos senhores Deputados em relação ao encerramento das unidades de saúde, bem como para responder às questões que foram colocadas. Assim, em relação ao processo de encerramento das unidades de saúde esclareceu que este é muito recente. Há aqui muitas nuances. Não há nenhuma decisão oficial, mas há um pedido do ACeS

para a ARS no sentido de comunicar a candidatura da USF da Ponte de Vagos e de sugerir o encerramento, no âmbito dessa candidatura, do Posto Médico do Covão do Lobo. Esta informação já existe por escrito, e poderá cedê-la, com as regras todas da proteção de dados, pelo menos ao senhor Presidente da Assembleia, para consulta. -----

Em relação às questões levantadas pelo senhor Deputado Sidónio Sansana, sobre a candidatura do edifício da Câmara Municipal, no âmbito da eficiência energética, a Câmara Municipal já avançou com o procedimento do concurso de obras, porque tem de se encurtar tempo. O Portugal 2020 irá só até final deste ano e, portanto, depois, no âmbito do processo, pode decidir-se adjudicar, ou não adjudicar, mediante a informação que se tiver quer dos fundos comunitários quer da poupança energética que advirá da obra. A Câmara Municipal pode decidir avançar mesmo sem ter qualquer apoio do Portugal 2020, porque até pode estar bem preparada para se candidatar ao Portugal 2030, ou seja, pode dar jeito avançar com a empreitada. De qualquer forma, lançou-se o concurso para perceber se há concorrentes interessados. -----

Relativamente à abertura do procedimento para alcatroamentos na União de Freguesias de Vagos e Santo António, disse que o mesmo diz respeito à Rua das Batas e ligação à Nossa Senhora de Vagos, um trabalho que foi feito previamente pela Junta de Freguesia, no sentido de fazer as águas pluviais, estando as condutas das águas pluviais já feitas. Agora, há a necessidade de avançar com o procedimento de alcatroamento e, por isso, adquiriu este caráter prioritário. Até ao final do primeiro semestre ir-se-á avançar com os alcatroamentos gerais, que são aqueles que se fazem nas diversas freguesias. -----

Quanto às questões do senhor Deputado Bruno Julião, em relação ao número de visitantes, disse que, por vezes, a Câmara Municipal apresenta esses dados, outras vezes não. Muitas vezes são apresentadas estimativas, consoante o tipo de evento, porque há eventos em que é mais difícil calcular o número de participantes e de visitantes. Ainda há pouco se discutiu as novas normas da Feira de Artesanato e Antiguidades e o número de visitantes que se apurou eram cerca de quatro mil. Vale o que vale. No caso das Festas do Município, foi possível fazer-se um cálculo estimativo, por metro quadrado. Mas calcular este tipo de dados é sempre mais fácil quando há uma entrada com bilhetes. -----

Quanto aos carregadores de viaturas elétricas, os mesmos são monitorizáveis, pelo que é possível saber qual é a taxa de utilização de cada um deles, sendo que o da Vagueira tem uma utilização brutal. -----

No que respeita à esterilização dos animais, as mesmas foram feitas no âmbito de uma candidatura específica, porque no ano de dois mil e vinte e dois foram feitas seiscentas e dezassete esterilizações no total. Esta era uma candidatura específica para apoios sociais, para famílias carenciadas. No final do ano a Câmara Municipal viu aprovadas duas candidaturas, uma no valor de vinte e tal mil euros, pelas esterilizações que se fizeram. -----

Quanto à limitação da velocidade na estrada Soza – Vagos é uma sugestão que irá ser levada à próxima reunião da Comissão de Trânsito, se for possível. -----

Em relação aos trabalhos de limpeza, referidos na informação, dizem apenas respeito aos que os serviços operacionais realizaram. Os relatórios de execução das Juntas de Freguesia, relativos à transferência de competências, são analisados pelos serviços e, obviamente, só é feito o pagamento mediante a análise do mesmo, conforme o que foi aprovado. Estão também disponíveis para consulta, caso algum dos membros desta Assembleia o queira fazer. É uma questão de solicitar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. Essa informação, obviamente, não deve constar deste documento, porque é informação que as Juntas de Freguesia prestam à Câmara Municipal. -----

Quanto à intervenção nas zonas prioritárias nas estradas do concelho pode começar-se pelo IP, um órgão que está ligado ao Governo, e pedir para intervirem na EN109. A depressão na estrada, que o senhor Deputado Bruno Julião falou, é precisamente da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. -----

Continuando, o senhor Presidente aproveitou para informar que em meados de março irá iniciar, finalmente, a rotunda do Lidl, como se costuma chamar. O Lidl foi obrigado a lançar um novo procedimento e vai pagar mais cem mil euros de obra, porque esteve à espera um ano e tal que o IP desse autorização. -----

Quanto às “Alminhas” do Lombomeão isso foi falado com as famílias proprietárias e foi tudo feito em conjunto. Muitas dessas “Alminhas” que surgem por aí, são ilegais e a Câmara Municipal tem a obrigação legal de as demolir. Só não faz a demolição por entender que há uma questão ética, moral e de ligação espiritual associada. No caso em concreto, aqui referido, antes de retirar falou com os envolvidos e foi tudo articulado. A retirada das “Alminhas” faz parte no projeto de requalificação da Rua Padre Maria Vicente da Rocha. -----

Relativamente aos migrantes, refugiados de guerra, Vagos tem ainda cinquenta e duas pessoas. Está ainda a decorrer o processo de integração e está-se a preparar um projeto interessante, que consiste numa exposição para dar a conhecer os rostos destas pessoas, daqueles que autorizarem, como é evidente, e das histórias vividas, e são histórias bastante difíceis. -----

Quanto ao relatório do Palacete ainda não existe. Quando existir será disponibilizado. -----

Em resposta às questões do senhor Deputado Alexandre Marques, quanto às tabelas de basquetebol, disse que o senhor Deputado Alexandre Marques entende que há um problema e a Câmara Municipal entende que não, embora tenha atendido a reclamação da senhora, e resolverá a situação assim que for possível. -----

Em relação à questão da “esquizofrenia”, e a rapidez com que ocorreu, o aviso do PRR foi lançado em sete de julho de dois mil e vinte e dois e depois foi prorrogado até dezembro de dois mil e vinte e dois. No Município de Vagos existe uma intervenção na Gafanha da Boa Hora e na USSF Nossa Senhora de Vagos, que é exatamente na Gafanha da Boa Hora, porque a Gafanha da Boa Hora pertencia à Nossa Senhora de Vagos. Daí, ter referido a esquizofrenia. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que o grupo municipal do PSD entregou um requerimento à Mesa, e procedeu à sua leitura, que aqui se transcreve: *“O grupo municipal do PSD vem, no seguimento das diversas intervenções, requerer a Vª Exª que seja colocado à votação, nesta Assembleia Municipal, a criação*

de uma Comissão de Acompanhamento do processo de eventuais encerramentos de unidades de saúde no nosso concelho. A Comissão será presidida por Vª Exª e é composta por um elemento de cada partido com assento nesta Assembleia. O grupo municipal do PSD, desde já, indica a enfermeira Andreia Marques como sua representante nesta Comissão.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o requerimento à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a criação da Comissão de Acompanhamento. -----

----- Os membros da Assembleia Hugo Santos e Arlindo das Neves estiveram ausentes durante a votação da proposta. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos grupos municipais do CDS e do PS que, com a maior brevidade possível, indicassem o membro que irá fazer parte desta Comissão de Acompanhamento, sendo que do grupo municipal CHEGA será, obviamente, o senhor Deputado Sidónio Sansana. -----

----- De seguida, o senhor Deputado Hugo Santos regressou à sala, assumindo as suas funções. --

---- **Alexandre Marques** - O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e, referindo-se ao relatório, sobre a derrocada no Palacete, disse que se não há ainda, devia haver. Em relação às tabelas de basquetebol, disse que se a Câmara Municipal não vê problemas é uma opção política e de gestão, mas que há problemas, há. Se não houvesse problemas a munícipe não se vinha queixar e deve pesar sobre quem tem a responsabilidade deste assunto. Entretanto, não deviam lembrar-se só que a munícipe se veio queixar, mas também da forma como ela se queixou, transmitindo a dor e o sofrimento que estava a passar, ela, a família e os vizinhos dela. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: VAGOS SOCIAL – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS SOCIAIS DE VAGOS – APROVAÇÃO.** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 10/11/2022, que, para efeitos do disposto na alínea g), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, propor à Assembleia Municipal a aprovação do Regulamento Municipal de Apoios Sociais de Vagos, documento que vem acompanhado da respetiva Nota Justificativa, em cumprimento do disposto no artigo 99º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização ao senhor Presidente da Mesa para ser a senhora Vereadora Susana Gravato a apresentar o ponto. -----

----- **Vereadora Susana Gravato** – A senhora Vereadora Susana Gravato usou da palavra e referiu que uma vez que se está aqui, pela segunda vez, com este regulamento, e não tendo havido dúvidas levantadas por mais partidos, julga-se estar em conformidade. Tendo chegado à Câmara Municipal uma série de questões, levantadas pelo Partido Socialista, disse que iria esclarecer as mesmas. Assim, disse que naquilo que diz respeito ao artigo 4º, alínea g), que explica o que é a condição de

recursos, o PS veio perguntar, em determinada altura, a definição de valor de bens, como se chega a este valor de bens. A senhora Vereadora remete para o Guia Prático divulgado pela Segurança Social no seu site, pois foi aí também que a Câmara Municipal foi tirar esta definição. Também no mesmo artigo, alínea h), fala na penhora de vencimentos decretada judicialmente, uma das despesas ilegíveis que também está consagrado neste diploma. Neste diploma está sempre presente que há uma redução do rendimento disponível quando há uma penhora do salário do agregado familiar. Ainda no mesmo artigo, nas alíneas i) ii) iii), tem a ver com o RSI. O PS pergunta se estes valores são os normais do RSI. Como se vê, podem ser inferiores. Respondeu dizendo que o RSI é uma referência adotada em todo o regulamento para definir a fronteira da carência grave económica. Obviamente, muitas pessoas vivem com um valor mais baixo que este RSI, e esta pergunta só leva a crer que não se conhece a realidade do concelho de Vagos. No que diz respeito ao artigo 7º, que fala em penhora de vencimentos, mais uma vez está a definição lá atrás. O PS pergunta de forma sarcástica “*então e as dívidas dos merceiros? Estará prevista?*” A resposta é sim, está no artigo 7º na alínea h), onde diz outras despesas pontuais mediante avaliação. Em relação ao artigo 8º dizem que a fórmula está errada, que os rendimentos não se podem dividir por doze. Aqui a senhora Vereadora remete para a definição de rendimento *per capita*, artigo 4º alínea q). No artigo 13º perguntam se a ação escolar não está regulamentada. É claro que está, está precisamente no artigo 13º, no nº2, é todo referente à ação escolar social. O artigo 14º fala dos vouchers e perguntam se os vouchers para lojas serão legítimos. Aqui há duas vertentes: uma vertente tem a ver com a ação social e a outra é a promoção do desenvolvimento, neste caso específico, com incidência no comércio local. Ainda no artigo 14º refere também que o apoio em vestuário ligado à Lojinha Social é a título gratuito e a pergunta colocada pelo PS é se os outros não são. Respondeu, dizendo que este, especificamente, é totalmente a título gratuito, e os outros têm sempre em atenção a tipologia, o contexto e os termos previstos no regulamento, não sendo propriamente a título gratuito. Em relação ao artigo 15º a pergunta é se será a Câmara Municipal a fazer a teleassistência. A resposta é não, não será a Câmara Municipal, e está no mesmo artigo no nº 13, que será uma entidade operadora, indicada pelo Município. No que diz respeito ao artigo 17º, que fala dos benefícios, o grupo municipal do PS tem um “s”, e refere que devia estar escrito beneficiários e não beneficiário. O mesmo foi o termo usado no nº1 do mesmo artigo, e, portanto, há uma lógica de pensamento. Entretanto, o PS coloca em causa o RMMG, mas este é o valor referência adotado para os limites dos apoios. Em relação ao artigo 19º, o PS refere que há uma grande burocracia para se resolver, a burocracia deve resolver-se pelos serviços e não pelas pessoas. A senhora Vereadora concorda integralmente, e, para isso, a Câmara Municipal está sempre ao lado das pessoas, porque este regulamento foi feito para as pessoas, para as pessoas em situações mais débeis. Este regulamento foi elaborado pelos técnicos do núcleo de ação social da Câmara Municipal, por pessoas que trabalham diretamente com a população, que conhecem melhor que ninguém o concelho de Vagos, sabem o que está aqui plasmado e as dificuldades que as pessoas têm e, por isso, tiveram todo o cuidado em colocar neste documento o maior número possível de casos em que se possa dar uma resposta. A senhora Vereadora referiu duas frases que são constantes deste regulamento:

*“situações devidamente fundamentadas e mediante avaliação dos serviços”; “ a experiência dos nossos serviços diz-nos que cada caso é um caso e só após se analisar cada caso é que nós podemos atingir e dar o apoio que as pessoas nos podem e nos vem pedir”.* Em jeito de conclusão, este regulamento foi feito para as pessoas com um cuidado extremo. Tem, obviamente, um carácter pontual e excecional e visa dar uma celeridade a todo este processo, uma vez que as decisões são tomadas por despacho do senhor Presidente da Câmara, e muitas delas pelo Vereador do pelouro. Entretanto, foi criado um fundo de emergência para as despesas urgentes e inadiáveis. A senhora Vereadora alertou que este documento é compatível com a transferência de competências, tendo havido um trabalho muito grande por parte dos serviços para que tal fosse plasmado neste regulamento. A Câmara Municipal tem um pedido a fazer aos membros da Assembleia Municipal, porque o regulamento, de facto, carece de uma alteração. No artigo 4º alínea c) onde se lê *“Agregado Familiar Monoparental – Aquele agregado constituído por crianças e jovens e por mais uma única, pessoa, parente ou afim em linha reta colateral”*, não se deve ler *“linha reta colateral e sim “linha reta ou colateral”*. A senhora Vereadora solicitou que fosse tido em conta esta alteração. -----

----- **Bruno Julião** – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que sobre este assunto a Câmara Municipal decidiu seguir um jogo de força, transtornada com o que aconteceu na última Assembleia Municipal, e decidiu não ouvir ninguém. O grupo municipal do PS enviou o e-mail a vinte e cinco de janeiro, e agradecendo todos os esclarecimentos que a senhora Vereadora Susana Gravato aqui deu, obviamente, podiam ter sido dadas respostas a esse e-mail, uma vez que já foi há três semanas atrás. De facto, não houve aqui nenhuma alteração ao regulamento, e é pena, porque o concelho de Vagos perde com esta falta de diálogo, ainda por cima, em áreas como esta. Este regulamento não decorreu de nenhum contacto, de nenhuma reunião, nem precedido de reuniões com IPSS's, e seria útil que tivesse havido esse diálogo com as instituições sociais do concelho, mas são formas de trabalhar. Entretanto, o senhor Deputado gostaria de perceber se este regulamento é dos técnicos da Câmara ou da Câmara Municipal, porque se for dos técnicos não pode ser votado, se for da Câmara Municipal já pode, e alguém tem de o assumir. O importante é não se refugiarem nos técnicos se houver alguma coisa no regulamento com o qual não se sintam confortáveis. O que aqui foi dito é que este regulamento é para colmatar as falhas que estão em vigor, mas na prática, a verdade, é que dá para tudo, e a senhora Vereadora acabou por confirmar isso mesmo. Há exceções previstas na alínea a) do nº1, 2 e 3 do artigo 5º, no nº6 do artigo 6º, o que dá para perceber que se está a dar cobertura a qualquer decisão discricionária. Aliás, a dada altura a senhora Vereadora explicou que cada caso é um caso e acaba por se permitir aos serviços que possam avaliá-lo. Portanto, a Câmara Municipal dará apoio a quem entender. É o que este regulamento permite sem dúvida absolutamente nenhuma. Algumas questões de pormenor mereciam melhor esclarecimento e espera já ter ouvido todas aquelas que já foram esclarecidas. No artigo 15º o senhor Deputado continua sem perceber muito bem o que é a teleassistência, se é aquele botão de pânico que as IPSS's já têm e disponibilizam para apoio domiciliário, se é algum serviço mais efetivo de acompanhamento. O que se sabe é que vão ser umas entidades que irão ser contratadas, mas não se percebe muito bem o tipo de serviço. O grupo municipal do PS já chamou

à atenção para isto na última sessão e vai voltar a fazê-lo, ou seja, a exigência de telefone fixo não se compreende. É evidente que há muita gente que já só tem outro tipo de telefone, nomeadamente móvel, e isso devia ser considerado. Quando no nº 9, do artigo 15º, se promete o apoio de psicologia a toda a população, independentemente da situação socioeconómica, desde que haja uma referenciação do serviço nacional de saúde, também era bom perceber se há consciência do que é que está em causa, porque este objetivo pode ser meritório, mas não se sabe se foi quantificado, se está quantificado. Pode ser muito complexo e qualquer explicação sobre isso era importante. Entretanto, há várias expressões, ao longo do documento, que deixam o senhor Deputado um pouco perplexo, como a designação de “casal de desempregados”, que é rude e estigmatizante. As pessoas não são desempregadas, as pessoas estão desempregadas, e quando ambas as pessoas do casal estão nessa situação a expressão que se deve usar é “estão desempregadas”. Uma das questões que merece mais discussão, é que em breve o salário mínimo nacional será de novecentos euros, tal como está no acordo de rendimentos que foi aprovado e que todos conhecem. A Câmara Municipal, de acordo com este regulamento, irá dar um apoio até nove mil e oitocentos euros, por ano, estando a falar-se de oitocentos e vinte e cinco euros, por mês, por família. Tendo em conta o rendimento médio em Portugal, que todos têm, mais ou menos, noção de quanto é, há aqui uma desproporção dos apoios sociais. -----

-----**Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu o que vinha aqui chamar de mais alguns pontos de política baixa. Em primeiro lugar, pretende repor a verdade, porque o senhor Deputado Bruno Julião veio aqui mentir dizendo que tinha enviado um e-mail no dia vinte e cinco de janeiro e que a Câmara Municipal não esteve disposta a ouvir as sugestões do Partido Socialista. O senhor Deputado Nuno Moura aconselha o senhor Deputado Bruno Julião a ir ver o e-mail que enviou e se este foi dirigido à Câmara Municipal. Este e-mail foi enviado a todos os grupos municipais e ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas não foi enviado à Câmara Municipal. Quem o ouvir lá em casa, e quem não souber disto, vai dizer que a Câmara Municipal recebeu um e-mail do Partido Socialista, no dia vinte e cinco de janeiro, e até agora não lhe deu crédito. Este é um exemplo concreto de política baixa e daquilo que não se deve fazer, e que fica muito mal ao Partido Socialista. Efetivamente, o e-mail foi enviado no dia vinte e cinco, mas nem todas as pessoas têm a disponibilidade que o PS tem. O que acontece é que na última sessão da Assembleia Municipal o grupo municipal do PS fez com que este regulamento, que é tão essencial para as pessoas com dificuldades financeiras, viesse à outra sessão, passados três meses, para não apresentarem uma única proposta de alteração ao documento. O que o grupo municipal do PS fez foi uma série de perguntas que podiam ter sido feitas aqui na sessão de dezembro e ter-se-ia alterado e aprovado o regulamento e as pessoas não estavam até hoje à espera. Entretanto, ainda acusam os outros grupos municipais de não terem agendado uma reunião, mas, se tinham tanto interesse, agendavam a reunião. O grupo municipal do PSD manifestou-se disponível, desde o início, para discutir o assunto. O senhor Deputado informou o senhor Presidente da Assembleia Municipal de que o grupo municipal do PSD está disponível para aceitar a alteração que a senhora Vereadora propôs, que faz todo o sentido, e aprovar de imediato este regulamento. Este documento deixa o

PSD, de certa forma, confortável, até por uma razão acrescida, porque se soube que foi elaborado e acompanhado pelos técnicos de ação social da Câmara Municipal, que diariamente lidam com estes problemas. Como é normal, acontece com qualquer regulamento, só depois com o aplicar das regras poderão, eventualmente, surgir algumas dúvidas, ou algumas melhorias a fazer, e, portanto, a Câmara Municipal, à semelhança do que tem feito com outras coisas, estará na disponibilidade, nessa altura, de fazer as alterações que se revelarem necessárias para ajudar a população. O grupo municipal do PSD, neste momento, está pronto para aprovar este regulamento. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o grupo municipal do PS lhe enviou um e-mail que imediatamente reencaminhou para o senhor Presidente da Câmara e deu nota disso ao porta voz do PS. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder à intervenção do senhor Deputado Bruno Julião, começando por dizer que aquilo que o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse não altera uma palavra daquilo que foi dito pelo senhor Deputado Nuno Moura. Se o grupo municipal do PS quisesse uma resposta da Câmara Municipal às questões, tinha-as colocado à Câmara Municipal. No entanto, o senhor Presidente diz que, mesmo que o tivesse feito, nunca responderia por e-mail, porque é aqui que se discutem os problemas, que se fazem as perguntas e se ouvem as respostas. O senhor Deputado Bruno Julião colocou aqui uma questão que não faz nenhum sentido, que é a Câmara Municipal dar apoio psicológico a toda a população. O que está escrito no artigo é o seguinte: *“a prestação de consultas de psicologia destina-se à população que reúne os requisitos do presente regulamento, bem como os organismos referenciados no domínio público, designadamente hospitais, centros de saúde...”*. No documento está devidamente referenciado quais são as pessoas que têm direito. O grupo municipal do PS coloca uma série de questões, e já o haviam feito na última Assembleia Municipal, e depois não apresentou uma única proposta, e ainda acusou o Executivo Municipal de fazer um exercício de força. Neste contexto, o senhor Presidente da Câmara Municipal fez questão de ler o que disse na altura, e que ficou transcrito em ata: *“O Partido Socialista esteve um ano para dar contributos sobre esta proposta, e não deu. A Câmara Municipal está disponível para dar mais três meses ao Partido Socialista e depois ver-se-ão as alterações que trará a este regulamento.”* Continuando, disse que, se houve um exercício de força, não foi por parte da Câmara Municipal, mas sim do Partido Socialista, que quis mostrar trabalho político e não mostrou trabalho nenhum. Foi preciso chegar ao final do mês de janeiro para enviarem meia dúzia de questões que eram facilmente respondidas em dezembro e já estava o regulamento aprovado, e já se teria hoje famílias beneficiadas pelo mesmo. Quanto à questão de serem os técnicos da Câmara Municipal a elaborarem o regulamento, pois, obviamente, que teriam de ser eles a executarem esse trabalho e a proposta, depois, é da Câmara Municipal. O senhor Presidente disse ainda que fica preocupado é quando os regulamentos são elaborados por políticos, que têm objetivos eleitorais, e não quando são elaborados por técnicos, que conhecem a realidade e a seguir são sobrescritos por políticos. A Câmara Municipal traz este regulamento e solicita aos membros da Assembleia Municipal que o

aprovem, com a alteração sugerida, para que as pessoas que precisam de ajuda não fiquem mais três meses à espera. -----

----- **Bruno Julião** – O senhor Deputado Bruno Julião pediu um ponto de ordem à Mesa, relativa à condução dos trabalhos, e referiu que o Presidente da Assembleia não referiu há pouco a possibilidade da Mesa ter alguma iniciativa quando este tipo de situações acontece. No passado, disse, já houve situações em que foram retirados assuntos da ordem de trabalhos e foi a Mesa, e bem, a convocar os grupos, pois era a única que tinha a legitimidade para convocar um diálogo entre os grupos municipais. Esta situação aconteceu em, pelo menos, duas situações, uma vez com um regulamento e outra com o regimento. Agora, voltou a haver uma nova situação, com este regulamento, em que poderia voltar a acontecer, por iniciativa da Mesa da Assembleia. O senhor Deputado considera que não cabe a um partido agendar uma reunião para se dialogar sobre um assunto que de forma unânime saiu da ordem de trabalhos, e julgou-se que pudesse haver essa colaboração da Mesa neste ponto. O senhor Presidente da Assembleia fez bem em enviar o e-mail para a Câmara Municipal, de modo a haver aqui uma articulação de vontades. A ideia que passou é que há aqui alguma má vontade quando houve uma primeira iniciativa do PS, enviada formalmente no dia vinte e seis para acionar um diálogo. O senhor Presidente da Assembleia referiu que reencaminhou o e-mail, mas não referiu que existem antecedentes sobre este tipo de situações. ----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a referir que reencaminhou para a Câmara Municipal o e-mail que lhe foi enviado pelo grupo municipal do PS. -----

----- **Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura voltou a usar da palavra e referiu que todos cometem erros e todos podem falhar, mas há uma coisa que o senhor Deputado Bruno Julião nunca o poderá vir aqui acusar, que é de mentir. Aquilo que aqui disse é verdade, o grupo municipal do Partido Socialista não enviou o e-mail para a Câmara Municipal. Se o senhor Presidente da Assembleia o fez, ou não, é outra questão. De seguida, o senhor Deputado disse que não vai cometer a indelicadeza de ler o e-mail que o PS enviou aos grupos municipais, mas em momento algum desse e-mail, em janeiro, fizeram aquilo que deviam ter feito, e que se comprometeram fazer aqui na última Assembleia, que foi o de apresentarem propostas para serem discutidas pelos grupos municipais. Seguidamente, procedeu à leitura de uma parte do e-mail, com o argumento de que todos entendessem do que se estava a falar, ou seja, que no e-mail, é referido que *“nós no mês passado não tivemos conhecimento de qualquer evolução por parte da Câmara Municipal de Vagos pelo que juntamos, pelo presente, alguns contributos à reflexão.”* Os contributos foram meia dúzia de perguntas, disse. Aquilo que o grupo municipal do PS devia ter feito, se a intenção era discutir o assunto, era dizer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos grupos municipais era que continuavam a aguardar o agendamento de uma reunião para discutir as propostas. Mas como o grupo municipal do PS não tinha propostas limitou-se a enviar perguntas à Câmara Municipal dirigidas aos grupos municipais. Nem sequer eram dirigidas ao destinatário. Esta é que é a verdade dos factos e é este o tipo de política baixa, que o PS faz, e que se vem aqui aproveitar para fazer

crer às pessoas aquilo que não acontece. Finalizou a sua intervenção dizendo que tem a certeza absoluta de que os vaguenses já conhecem esse esquema. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para ler um pouco mais da ata da sessão anterior, com o argumento de avivar as memórias, que aqui se transcreve: “O senhor Presidente disse que não vê inconveniente nenhum em retirar este ponto da ordem de trabalhos, e de se discutir o regulamento mais tarde. No entanto, lembrou que isto já foi feito uma vez, com outro regulamento, e os contributos do Partido Socialista foram zero, ou quase nenhuns. A deliberação da Câmara Municipal sobre este assunto é de quatro de novembro de dois mil e vinte e um. Entretanto, deu-se conhecimento público da proposta, que era de vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e um. Foi comunicado no Jornal O Ponto, foi para as Juntas de Freguesia e colocou-se em discussão pública. Qual foi o contributo do Partido Socialista? Nenhum. Já era esta a proposta, não era outra. O Partido Socialista teve um ano para dar contributos sobre esta proposta e não deu. A Câmara Municipal está disponível para dar mais três meses ao Partido Socialista e depois ver-se-ão as alterações que trata a este regulamento.” Continuando, disse que não ficou da responsabilidade da Câmara Municipal promover nada, nem apresentar nenhuma proposta, porque, desde dezasseis de dezembro, quando se realizou a Assembleia Municipal, que está confortável com este regulamento. Este é o regulamento da Câmara Municipal elaborado em conjunto com os técnicos da Câmara Municipal de Vagos e não lhe passa sequer pela cabeça que a Assembleia Municipal hoje não aprove este documento. Seria um crime para com as pessoas que precisam deste apoio. Há pessoas que precisam deste apoio e há questões de âmbito social que têm vindo a ser resolvidas em sede de reunião de Câmara, e normalmente não há nenhum obstáculo e aprova-se tudo por unanimidade. Com este regulamento aprovado as coisas seriam muito mais céleres se as coisas não precisassem de ir à reunião de Câmara. O senhor Presidente considera injusto o valor baixo que é atribuído nas rendas e só se o regulamento for alterado é que essa situação sofre alterações. Este regulamento está enquadrado com a transferência de competências que a Autarquia irá exercer a partir do dia três de abril. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Apoios Sociais de Vagos, com a alteração ao artigo 4º alínea c) ... onde se lê “*linha reta colateral*” deve ler-se “*linha reta ou colateral*”. -----

----- O deputado Sérgio Domingos ausentou-se durante a votação do ponto. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA ARTÍSTICA (RMENA) – APROVAÇÃO.** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 19/01/2023, que, para efeitos do disposto na alínea g), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, propor à Assembleia Municipal a aprovação do Regulamento Municipal de Espetáculos

de Natureza Artística (RMENA), documento que vem acompanhado da respetiva Nota Justificativa, em cumprimento do disposto no artigo 99º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização à Mesa para ser a senhora Vereadora Susana Grato a apresentar o ponto. -----

----- O deputado Sérgio Domingos regressou à sala no início da discussão do ponto. -----

----- **Vereadora Susana Gravato** – A senhora Vereadora Susana Gravato fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Albano Gonçalves** – O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra para solicitar alguns esclarecimentos. Quando se dirigem à Junta de Freguesia e pedem a isenção de licenciamento, várias são as comissões de festas que o fazem. Vão pedir para realizar alguns eventos. É necessário saber se há isenção, ou não, nestas situações. Ao que se percebeu as comissões de festas vão ter de pedir um licenciamento e pagar. -----

----- **Vereadora Susana Gravato** – A senhora Vereadora Susana Gravato usou da palavra e esclareceu que quando há um licenciamento para uma festa, licença de ruído e de recinto, terá de ser pedido na mesma, como se faz, e vir com o documento da Junta de Freguesia, que dá também autorização para essa atividade ruidosa. Contudo, no que diz respeito às meras comunicações prévias, que já se faziam anteriormente, os espetáculos desta natureza, como por exemplo os circos, e a realização de karaoke dentro de um estabelecimento comercial, eram feitas ao IGAC e era sempre esta entidade de analisava a instrução do processo, assim como o pagamento e fiscalização. Neste momento não, é feito no portal e-Portugal e depois a Câmara Municipal é que irá fiscalizar todo o procedimento. É tudo igual, só deixa de ser feita a fiscalização pelo IGAC e passa a ser feita pela Autarquia. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação, com a alteração sugerida pela senhora Vereadora Susana Gravato, artigo 6º, nº3, onde se lê “*poderá ser solicitada a colaboração da polícia municipal e das autoridades policiais*” fica só “*poderá ser solicitada a colaboração das autoridades policiais.*”. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Espetáculos de Natureza Artística (RMENA), com a alteração sugerida. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – AÇÃO SOCIAL – DL 87-B/2022, DE 29/12 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ASSUNÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA 3 DE ABRIL DE 2023.** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 19/01/2023, que, para efeitos do disposto no nº 5, do artigo 24º, do Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, na sua redação atual, propõe à Assembleia Municipal a prorrogação da assunção das competências no domínio da ação social, para o dia 3 de abril de 2023. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Hugo Santos** – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que na informação que foi enviada surgiam lá algumas notas, nomeadamente que existia ainda algum atraso em termos de reuniões para definir a afetação de recursos humanos, a parametrização dos sistemas de informação e a elaboração dos protocolos e dos regulamentos com a segurança social. O senhor Presidente acabou de afirmar que o Município está preparado para assumir a competência da ação social, por isso, parte-se do princípio que estas reuniões já tenham sido feitas e, se for o caso, que sejam esclarecidas. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que parte das dúvidas que tinha acabam de ser apresentadas. Os membros da Assembleia Municipal receberam uma certidão para avaliar este ponto onde é referido que isto teria de ser adiado para três de abril, porque há uma série de dificuldades técnicas para resolver. O senhor Deputado ouviu as notícias, após isto ter ido a reunião de Câmara, e ouviu o áudio do senhor Presidente da Câmara, onde ele dizia que a teimosia da Câmara Municipal permitiu obter mais noventa mil euros, antes eram cem mil. Na altura não havia inconvenientes para implementar isto, fosse em que momento fosse. Agora, com esta certidão há uma série de dificuldades técnicas. A dúvida do senhor Deputado é se isto nasce deste adiamento, por dificuldades técnicas, por uma questão de oposição política ou por negociação de mais vantagens. Esta questão se são noventa mil euros ou se são cem mil euros era interessante ser esclarecida para se avaliar o mérito desta transferência, ou seja, isto é um pagamento de uma só vez, é anual ou é por década. -----

----- **Bruno Julião** – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que quem quiser abordar este tema da descentralização de competências com seriedade deve reconhecer que o Governo tem mérito por ter iniciado um processo difícil, complexo, com os resultados a terem de ser consolidados e melhorados mesmo depois de estarem terminados estes *redlines* de atribuição. Tudo isto faz parte de um processo com este nível de complexidade e vai acabar por gerar mais políticas de proximidade e ao encontro das ambições das Autarquias de todos os partidos, que há muito pediam isto. Indo aqui à *nossa “chafarrica”*, e do recente pacote adicional de cerca de mais de sessenta e dois milhões da transferência de competências que foi atribuído na nova negociação noventa mil, não é nada mau. Como é do conhecimento de todos, infelizmente, esta Câmara Municipal evita a descentralização de competências a todo o custo, e é uma afirmação que tem por base estas propostas que aqui vão chegando repetidamente, de adiamentos e de recusarem a assunção de transferências. Olhando para os documentos deste ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Deputado considera que se compreende que se tem de estar bem preparado, mas pergunta como é que Vagos não consegue preparar-se da mesma maneira das outras Autarquias. Essa é a pergunta que deixa, porque a verdade é que mais de metade das Câmaras em Portugal já assumiram a competência da ação social. Há uns dias eram cento e quarenta e duas, mas, entretanto, nestes dias há muitas que iriam acabar por assumir. A Câmara Municipal de Vagos poderá argumentar o

que lhe apetece, fazer o comentário político partidário nacional habitual, mas a verdade é que isto é de facto decisão de mera oposição política. E a culpa não é, com certeza, dos técnicos da Segurança Social, que estão a fazer um trabalho incrível com várias Câmaras Municipais. Há várias Câmaras Municipais deste distrito, do PSD, que já aderiram e já têm esta competência da ação social, Câmaras com uma dimensão enorme, como Aveiro, que tem feito um excelente trabalho com a Segurança Social e tem uma dimensão, e exigência, muito maior. O senhor Deputado considera que o adiamento até ao limite é um erro, porque antecipa que algumas Autarquias possam juntar-se neste propósito e aderir até muito próximo do último dia. Isso pode trazer alguns problemas, porque, como todos compreendem, nessa altura, se todas ao mesmo tempo assumirem a transferência, haverá, provavelmente, muito menos capacidade técnica da Segurança Social, distrital e nacional, o que é normal, para fazer esse apoio. Vagos devia ter seguido o que as outras Câmaras fizeram, que se foram preparando a tempo, em tempo útil, com inúmeras reuniões com a Segurança Social. Como é que conseguiram e Vagos não conseguiu? Perguntou. O grupo municipal do PS é a favor da transferência de competências, porque considera que são muito importantes para conseguir melhorar as políticas de proximidade da Câmara, principalmente em áreas verdadeiramente importantes como estas, para se conseguir chegar às necessidades e aos anseios dos cidadãos. A Câmara Municipal devia ter trabalhado com muito mais antecedência, e este é um receio real de que se levar até ao limite estes adiamentos pode não estar, depois, em plenas condições para, por razões que são compreensíveis, obter rapidamente todos os esclarecimentos e todas as formações que são necessárias. Portanto, chega de oposição política e, de uma vez por todas, arranjar coragem para assumir a descentralização de competências, acerca da qual esta Câmara Municipal se manifesta ferozmente contra, a toda a hora. -----

----- **Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por referir que afinal nesta Assembleia não houve só momentos de política baixa, também houve de política alta. Depois de toda a intervenção que foi feita no regulamento de apoios sociais, o grupo municipal do PS votar a favor foi um grande momento de política alta. O momento de política baixa continua a ser quando vem aqui dizer que esta Câmara é completamente contra a descentralização de competências. Este Município foi um dos primeiros a assumir as competências das vias de comunicação, e ainda está à espera que o Governo Socialista passe, definitivamente, a competência da gestão da EN109, que muita diferença ia fazer aos concidadãos, para a gestão da Câmara Municipal. Sobre isso o senhor Deputado Bruno Julião vem aqui e nunca diz nada. A verdade é que se o Município tivesse seguido as opiniões do Partido Socialista e tivesse aceite a transferência desta competência, quando entendiam que devia ser aceite, ficava com menos noventa mil euros nos cofres e estaria a prejudicar a população. Entretanto, também diz para a Câmara vir aqui deixar de fazer política e ser séria. Mas afinal de contas quem é que não é sério? Não é uma vantagem receber mais dinheiro? Dinheiro esse que, mesmo assim, ainda não é suficiente para as responsabilidades que o Estado Central está a passar para as respetivas Câmaras Municipais? É óbvio que as Câmaras Municipais querem o melhor para a sua população e, por isso, ao longo dos anos têm pedido a descentralização de competências. No entanto, é necessário que o Estado Central reconheça o valor

dessa descentralização e transfira o respetivo valor para as Autarquias, que vão gastar com essa transferência. Estes noventa mil euros a mais são suficientes? Não são, mas o senhor Presidente da Câmara já o transmitiu, que nessas condições, em três de abril o Município estará disponível para receber essa transferência de competências. Como é que é possível o senhor Deputado Bruno Julião vir aqui dizer que este Município não é a favor da transferência de competências? É inacreditável. -

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões que foram formuladas. -----

Em relação à intervenção do senhor Deputado Bruno Julião, disse que depois da sua intervenção inicial, e depois de ter descoberto um exercício maldoso e cínico politicamente, que é o de acusar o Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal, que ainda não tinha decidido uma coisa que ainda não tinha sido publicada, pensou que o Partido Socialista não ia dizer nada sobre isto. Pensou que ia “meter a viola no saco”, e assumir que uma boa intenção, que começa em dois mil e dezoito e já é o segundo Governo que está a trespassar, se tornou um falhanço político, o Partido Socialista ainda tem a “lata” de dizer que é uma grande vitória política. Vagos foi dos primeiros Municípios que aceitou competências, nomeadamente na educação, e muitos Municípios do Partido Socialista não aceitaram. A Câmara Municipal disse, de uma vez só, que, das dez, ficava com quatro. E ficou. Duas se efetivaram, e quanto às outras duas ainda hoje continuamos à espera de resposta, num exercício de total desrespeito por esta Assembleia, e pelas outras todas. Continuando, disse que nunca viu, como disse o senhor Deputado Nuno Moura, e muito bem, o Partido Socialista dizer nada sobre isto. A grande referência política do senhor Deputado Bruno Julião, e da senhora Deputada Carla Gouveia, o senhor ex-Ministro Pedro Nuno Santos, nunca andou um centímetro com as competências que lhe estavam adstritas aos seus Ministérios. Nunca ouviu o senhor Deputado Bruno Julião admitir que não correu muito bem, mas sim, que correu tudo muito bem. Mas não correu. Esta questão era para estar resolvida há três anos. Estamos em dois mil e vinte e três. O Governo andou, por incompetência, ou por falta de vontade, a adiar. -----

Continuando, o senhor Presidente, já em jeito de resposta ao senhor Deputado Sidónio Sansana, disse que no anterior mandato não fazia parte da Assembleia Municipal, pelo que, por isso, há uma explicação que lhe merece ser dada. Depois de muitas negociações, em oito de outubro de dois mil e vinte e um foi publicado o valor que o Município de Vagos iria receber, que era de cento e quatro mil, trezentos e dezasseis euros. A Câmara Municipal bateu, desde o início, o pé. Não é uma questão de política. É que se a Câmara Municipal não tivesse razão o Governo insistia naquele valor por ano. O valor é por ano. E depois, no âmbito do processo de transferência de competências, se a Câmara Municipal comprovar que não chega, o Estado deve transferir o resto. A Câmara Municipal insistiu. Não quis ficar com a competência. Disse que por este valor não ficava, porque era insuficiente. Fez contas e apresentou. Agora, finalmente, o Governo veio dizer que sim, e o valor passou de cento e quatro mil, trezentos e dezasseis euros, para cento e noventa e sete mil, trezentos e quatro euros e noventa e três cêntimos. É isto que se está aqui a discutir. O Município não aceitou a competência na altura, desde logo em dois mil e dezoito como fez com a educação. Podia ter feito a mesma coisa com a ação social. Eram dez competências e o Município só ficou com quatro, mas disse que não

porque entendeu que os valores que estavam a ser propostos não chegavam. Aliás, isso foi aqui discutido e disse que na educação sabia que não ia chegar, mas estava disponível a dar esse benefício da dúvida ao Governo. Nas outras áreas achou por bem ter calma e propor não aceitar. Por isso é que este exercício que o senhor Deputado Bruno Julião aqui fez é cinismo político. Ainda bem que a Câmara Municipal bateu o pé. Algum dos presentes iria querer que o Município de Vagos tivesse menos noventa mil euros, por ano, para exercer uma competência? Este não foi um simples exercício, e o senhor Presidente gostava de saber o que é que o senhor Deputado Bruno Julião acha do processo de transferência de competências das vias municipais e do património. No património até tem havido alguma evolução nos últimos meses, mas ainda não está concretizado. Depois, esta questão de não devermos ficar para último, porque depois vão todos juntos e causa confusão. Mas afinal, o senhor Deputado refere que já houve muitos a aceitar. Então, há muitos a ir no fim ou há muitos a aceitar? A Segurança Social não será chamada aqui, porque o Município está preparado. Obviamente que tem de haver uma justificação para não aceitar e a justificação é esta, e a Câmara Municipal recusou sempre. De seguida, o senhor Presidente disse que tem em sua posse e-mails da Santa Casa da Misericórdia, que era quem tinha a competência, a querer vir entregar os processos físicos, e que um dia telefonaram a dizer que a Segurança Social mandou que se entregassem os processos na Câmara Municipal, ao que respondeu que não, que os levassem à Segurança Social que a Autarquia não tem nada a ver com isso, porque ainda não tem a competência. Entretanto, já houve as formações, e estão a decorrer as reuniões. No dia dois de janeiro entrou mais uma assistente social, que reforçou a equipa, e estamos a preparar a equipa e a organizar tudo para no dia três de abril aceitar a competência. Por fim, disse que ainda há coisas a fazer até lá, conversar com as pessoas que estavam envolvidas neste trabalho para fazer a passagem de processos, mas o Município está preparado para receber a competência, porque tem acompanhado todo este processo de perto. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal apreciou e deliberou, **por maioria**, com 2 votos contra do grupo municipal do PS, aprovar a prorrogação da assunção das competências no domínio da ação social, para o dia três de abril de 2023. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e duas horas e quarenta e sete minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** \_\_\_\_\_

-----**O(A) Secretário(a),** \_\_\_\_\_